



ITAÚSA

Demonstrações Contábeis Completas

30 de Setembro de 2015



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da Itaúsa – Investimentos Itaú S.A. (Itaúsa) e de suas controladas relativos ao período de janeiro a setembro de 2015, elaborados de acordo com as normas estabelecidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), bem como pelas normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS - International Financial Reporting Standards).

As Demonstrações Contábeis foram revisadas pela BDO RCS Auditores Independentes S/S (BDO) na qualidade de auditores independentes em atendimento aos requerimentos estatutários, inclusive no que se refere às normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e contam com o relatório dos auditores independentes sem ressalva e com o parecer favorável do Conselho Fiscal. Em atendimento as práticas de Governança Corporativa, essas demonstrações contábeis, foram também revisadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (PwC) na qualidade de auditores independentes do Conglomerado, inclusive da empresa controladora da Itaúsa.

As demonstrações contábeis foram disponibilizadas à CVM e à BM&FBovespa.

1) AMBIENTE ECONÔMICO

Os países desenvolvidos continuaram a se recuperar durante o terceiro trimestre de 2015. Nos Estados Unidos, o crescimento do PIB acumulado em quatro trimestres terminados em setembro alcança 2,5%. A taxa de desemprego caiu para 5,1% em setembro comparado aos 5,9% observados um ano atrás. Na zona do euro, o crescimento até o segundo trimestre foi mais modesto, 1,1%. Os níveis de emprego na Europa têm aumentado e o risco de deflação nas principais economias avançadas diminuiu.

Nos países emergentes, houve desaceleração do crescimento. O PIB da China expandiu apenas 6,9% no acumulado do ano até setembro. No terceiro trimestre, os preços das principais commodities continuaram em queda.

No cenário doméstico, a atividade econômica continuou em desaceleração no segundo trimestre. O PIB do segundo trimestre teve uma contração de 1,9% na comparação com o primeiro trimestre de 2015. Indicadores preliminares sugerem uma nova contração no terceiro trimestre. A redução do ritmo de

atividade vem impactando o mercado de trabalho. O desemprego, depois de atingir 4,9% no fim do terceiro trimestre do ano passado, se elevou para 7,5% ao fim do terceiro trimestre de 2015.

A inflação medida pelo IPCA atingiu 9,5% nos últimos doze meses até setembro, ante 6,7% no mesmo período do ano passado. A maior parte dessa aceleração foi decorrente do impacto dos preços administrados, que aumentaram 16,3% no período (ante 5,3% em setembro/14). O Banco Central (BC) elevou a taxa de juros para 14,25% em julho, mas a manteve nesse nível nas reuniões de setembro e outubro.

O real perdeu valor frente ao dólar e terminou setembro em R\$ 3,95/US\$, ante R\$ 2,66/US\$ registrado ao final de 2014. As incertezas políticas e econômicas, bem como o rebaixamento do Brasil para grau especulativo pela agência de risco Standard & Poor's afetaram o real. O Banco Central interveio no mercado de câmbio vendendo swaps cambiais, o que não ocorria desde março deste ano. Ao fim do terceiro trimestre, o Banco Central mantinha um estoque de swaps cambiais da ordem de US\$ 110 bilhões e US\$ 370 bilhões de reservas internacionais.

O desempenho fraco da indústria permaneceu ao longo do terceiro trimestre. A produção industrial retraiu 7,3% no acumulado do ano até setembro ante o mesmo período do ano anterior. A produção de bens de capital contraiu 24%, apresentando o maior recuo entre as categorias de bens industriais (bens de consumo, capital e intermediários). Todas as categorias apresentaram contração. A queda na confiança dos empresários, os altos estoques e as incertezas no mercado doméstico dificultam uma recuperação do setor no curto prazo.

2) DESTAQUES ITAÚSA

ITAÚSA

Retorno aos Acionistas

O Conselho de Administração da Itaúsa deliberou, em 10.08.2015, pagamento de juros sobre o capital próprio (JCP), no valor de R\$ 0,086500 por ação (R\$ 0,073525 por ação líquidos de IR na fonte), por conta do dividendo obrigatório do exercício de 2015, que foram pagos em 25.08.2015 com base na posição acionária final do dia 12.08.2015.

No acumulado de janeiro a setembro de 2015, foram pagos ou provisionados R\$ 1.692 milhões em dividendos/JCP, líquido de impostos.

Retorno do Investimento: em 30 de setembro de 2015^(a), o retorno do investimento em dividendos/JCP ao acionista em relação ao preço da ação em 1º de outubro de 2014, líquido de impostos, foi de 4,42%.

^(a)Considera o total de Dividendos/JCP distribuídos no acumulado de 12 meses e a bonificação de 10% aprovada em 30.04.2015.

Reunião Pública - APIMEC

Em 20 de agosto de 2015 a Itaúsa realizou a 15ª reunião pública anual com investidores, analistas e o mercado, em parceria com a Apimec, para apresentar os resultados do Conglomerado. O evento foi

realizado no Hotel Unique em São Paulo – SP, foi acompanhado por cerca de 260 participantes no local e também foi transmitido ao vivo pela Internet.

Evento Subsequente

Em reunião de 09.11.2015, o Conselho de Administração da Itaúsa deliberou renovar o programa de recompra de ações, autorizando a aquisição de até 75,0 milhões de ações de emissão própria (25,0 milhões de ordinárias e 50,0 milhões de preferenciais). As aquisições serão realizadas no período de 18 meses.

3) DESEMPENHO ECONÔMICO ITAÚSA

O lucro líquido recorrente de janeiro a setembro 2015 foi de R\$ 6.500 milhões – crescimento de 18,9% em relação ao mesmo período do ano anterior, com rentabilidade recorrente sobre o patrimônio líquido médio de 21,1%. O lucro líquido no mesmo período atingiu R\$ 7.125 milhões com rentabilidade de 23,1%.

Em setembro de 2015, a alíquota de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das instituições financeiras, seguradoras e administradoras de cartão, foi elevada de 15% para 20%.

Como o Itaú Unibanco tinha montante de créditos tributários, fiscalmente originados por diferenças temporais entre o pagamento e a dedutibilidade posterior de despesa, estes créditos foram ajustados pela nova alíquota com base na expectativa de sua realização, originando receita de R\$ 4,0 bilhões.

Ainda em setembro, o Itaú Unibanco fez um acréscimo de provisões no valor de R\$ 3,3 bilhões, basicamente de provisão complementar para créditos de liquidação duvidosa, em razão de um cenário econômico mais desafiador, no valor de R\$ 2,8 bilhões.

A contabilidade das instituições financeiras, seguradoras e administradoras de cartão, é apresentada de acordo com o BRGAAP⁽¹⁾ e as provisões para créditos de liquidação duvidosa são feitas pela expectativa de perdas, enquanto que no IFRS pelas perdas incorridas.

Assim para efeito da Itaúsa, IFRS, o impacto no resultado dos itens descritos acima foi de R\$ 1,2 bilhão. Considerando-se ainda o efeito negativo de R\$ 0,2 bilhão (referente as compras de ações para tesouraria, realizadas pelo Itaú Unibanco ao longo do terceiro trimestre) e adicionado aos outros efeitos, o resultado não recorrente da Itaúsa no terceiro trimestre de 2015 totalizou R\$ 1 bilhão.

(1) O BRGAAP representa as práticas contábeis vigentes no Brasil para as instituições financeiras, conforme regulamentação do Banco Central do Brasil.

PRINCIPAIS INDICADORES DE RESULTADO DA ITAÚSA CONSOLIDADO

Em R\$ Milhões

	Controladora		Não Controladores		Consolidado	
	30/09/2015	30/09/2014	30/09/2015	30/09/2014	30/09/2015	30/09/2014
Lucro Líquido	7.125	5.593	90	193	7.215	5.786
Lucro Líquido Recorrente	6.500	5.467	94	175	6.594	5.642
Patrimônio Líquido	43.744	37.271	3.116	3.012	46.860	40.283
Rentabilidade Anualizada sobre o Patrimônio Líquido Médio (%)	23,1%	21,4%	3,9%	8,8%	21,8%	20,4%
Rentabilidade Recorrente Anualizada sobre o Patrimônio Líquido Médio (%)	21,1%	20,9%	4,1%	7,9%	19,9%	19,9%

PRINCIPAIS INDICADORES FINANCEIROS

R\$ por ação

Indicadores por Ação	30/09/2015	30/09/2014	Evolução (%)
Lucro Líquido da Controladora	1,06	0,84	26,3
Lucro Líquido Recorrente da Controladora	0,96	0,82	17,9
Valor Patrimonial da Controladora	6,48	5,55	16,6
Dividendo/Juros sobre Capital Próprio Líquido de IR	0,25	0,20	26,6
Preço da Ação PN ⁽¹⁾	7,14	8,41	-15,1
Capitalização de Mercado ⁽²⁾ - em R\$ milhões	48.233	56.457	-14,6

(1) Cotação média das ações preferenciais no último dia do período.

(2) Calculado com base na cotação média das ações preferenciais no último dia do período (cotação da ação PN média multiplicada pela quantidade de ações em circulação no final do período).

Obs.: O número de ações em circulação e a cotação da ação foram ajustados para refletir a bonificação de 10% ocorrida em 30 de abril de 2015.

DISTRIBUIÇÃO DO RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL RECORRENTE POR ÁREA

Como *holding* pura a Itaúsa tem seu resultado composto basicamente pelo resultado de equivalência patrimonial, apurado a partir do resultado de suas controladas. Abaixo apresentamos o resultado da equivalência patrimonial e o resultado próprio da Itaúsa considerando apenas os eventos recorrentes.

Em R\$ Milhões

Resultado de Equivalência Patrimonial (REP) por áreas	01/01 a 30/09/2015		01/01 a 30/09/2014		Evolução (%)
		%		%	
Área de Serviços Financeiros	6.548	99,9%	5.591	98,9%	17,1%
Área Industrial	8	0,1%	60	1,1%	-86,7%
Duratex	50	0,8%	97	1,7%	-48,5%
Elekeiroz	(18)	-0,3%	(11)	-0,2%	63,6%
Itautec	(24)	-0,4%	(26)	-0,5%	-7,7%
Outros	(1)	0,0%	2	0,0%	
Total REP Recorrente	6.555	100,0%	5.653	100,0%	16,0%
Resultado Próprio da Itaúsa Líquido de Impostos	(55)		(186)		
Lucro Líquido Recorrente	6.500		5.467		18,9%
Resultado não recorrente	625		126		
Lucro Líquido	7.125		5.593		27,4%

RECONCILIAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO RECORRENTE

A fim de possibilitar adequada análise das demonstrações contábeis do período, apresentamos o lucro líquido com exclusão dos principais efeitos não recorrentes, líquidos dos respectivos efeitos fiscais, conforme segue:

	Em R\$ Milhões					
	Controladora		Não Controladores		Consolidado	
	01/01 a 30/09/2015	01/01 a 30/09/2014	01/01 a 30/09/2015	01/01 a 30/09/2014	01/01 a 30/09/2015	01/01 a 30/09/2014
Lucro Líquido	7.125	5.593	90	193	7.215	5.786
Inclusão / (exclusão) dos efeitos não recorrentes	(625)	(126)	4	(18)	(621)	(144)
Próprio	142	3	-	-	142	3
Amortização de Ágios	142	-	-	-	142	-
Programa de Pagamento ou Parcelamento de Tributos	-	3	-	-	-	3
Decorrentes de participação acionária do Itaú Unibanco Holding	(752)	(15)	-	-	(752)	(15)
Movimentação de Ações em Tesouraria	352	(57)	-	-	352	(57)
Amortização de Ágios	14	-	-	-	14	-
Cofins/ Provisão para Perdas sobre Prejuízo Fiscal - Porto Seguro	-	21	-	-	-	21
Fundo Previdenciário	48	-	-	-	48	-
Ganho Fiscal na Tese de Alargamento da Base de Cálculo de PIS e Cofins - IRB	-	(12)	-	-	-	(12)
Majoração da Alíquota da CSLL	(1.468)	-	-	-	(1.468)	-
Programa de Pagamento ou Parcelamento de Tributos	(15)	(14)	-	-	(15)	(14)
Provisão de Crédito para Liquidação Duvidosa - Credicard	-	15	-	-	-	15
Provisão para Contingências Cíveis - Planos Econômicos	40	32	-	-	40	32
Provisão para Contingências Fiscais e Previdenciárias	208	-	-	-	208	-
Redução ao Valor Recuperável	16	-	-	-	16	-
Outros	53	-	-	-	53	-
Decorrentes de participação acionária das demais empresas controladas	(15)	(114)	4	(18)	(11)	(132)
Duratex	3	(9)	5	(16)	8	(25)
Elekeiroz	(18)	-	(1)	-	(19)	-
Itautec	-	(105)	-	(2)	-	(107)
Lucro Líquido Recorrente	6.500	5.467	94	175	6.594	5.642

PRINCIPAIS INDICADORES DAS EMPRESAS DO CONGLOMERADO ITAÚSA

	Janeiro a Setembro	Em R\$ Milhões				CONSOLIDADO ITAÚSA ⁽¹⁾
		Área de Serviços Financeiros		Área Industrial		
		Itaú Unibanco Holding	Duratex	Elekeiroz	Itautec	
Ativos Totais	2015	1.241.933	9.232	786	216	53.663
	2014	1.077.711	8.700	687	340	46.115
Receitas Operacionais ⁽²⁾	2015	133.325	3.008	665	25	10.998
	2014	113.096	2.944	696	90	9.317
Lucro Líquido	2015	20.720	137	0	(24)	7.215
	2014	15.210	303	(12)	(19)	5.786
Lucro Líquido Recorrente	2015	17.752	146	(19)	(24)	6.594
	2014	15.324	273	(12)	(27)	5.642
Patrimônio Líquido (PL)	2015	109.743	4.759	466	85	46.860
	2014	93.457	4.602	486	128	40.283
Rentabilidade Anualizada sobre o PL Médio (%) ⁽³⁾	2015	26,9%	3,9%	0,1%	-34,1%	21,8%
	2014	23,4%	9,0%	-3,2%	-18,0%	20,4%
Rentabilidade Recorrente Anualizada sobre o PL Médio (%) ⁽³⁾	2015	23,1%	4,1%	-5,6%	-34,1%	19,9%
	2014	23,6%	8,1%	-3,2%	-25,6%	19,9%
Geração Interna de Recursos ⁽⁴⁾	2015	35.127	720	25	(26)	504
	2014	44.118	791	13	(48)	593

(1) O Consolidado Itaúsa inclui consolidação de 100% das empresas controladas e apresenta valores líquidos das eliminações de consolidações e dos resultados não realizados de operações intercompanhias.

Os valores do Itaú Unibanco não foram consolidados e estão sendo avaliados pelo métodos de equivalência patrimonial.

(2) As Receitas Operacionais por área de atuação foram obtidas conforme segue:

- Itaú Unibanco Holding: Receita de Juros e Rendimentos, Receita de Dividendos, Ganho (Perda) Líquido com Investimento em Títulos e Derivativos, Receita de Prestação de Serviços, Resultados de Operações de Seguros, Previdência e Capitalização antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização e Outras Receitas.
- Duratex, Elekeiroz e Itautec: vendas de produtos e serviços.
- Consolidado Itaúsa: Vendas de Produtos e Serviços e Resultado de Participação em Associadas e Entidades Controladoras em Conjunto.

(3) Representa a relação entre o Lucro Líquido do período e o Patrimônio Líquido Médio ((dez14 + mar + jun + set)/4).

(4) Refere-se aos recursos provenientes das operações obtidos pela Demonstrações do Fluxo de Caixa.

4) MERCADO DE CAPITAIS

Negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBOVESPA), as ações preferenciais da Itaúsa (código ITSA4) encerraram o mês de setembro de 2015 cotadas a R\$ 7,14, desvalorização de 10,8% em relação ao mesmo período do ano anterior, enquanto o principal índice da bolsa paulista, o Ibovespa, registrou desvalorização de 16,7%. As ações ordinárias (ITSA3) encerraram setembro com cotação de R\$ 7,61, queda de 2,2% em relação ao final de setembro de 2014.

O volume financeiro médio diário negociado nos primeiros nove meses de 2015 foi de R\$ 169 milhões, em comparação a R\$ 119 milhões no mesmo período do ano anterior, com 5.487 mil negócios no acumulado até setembro de 2015 (3.981 mil nos nove primeiros meses de 2014).

A capitalização de mercado, com base no valor das ações mais líquidas (ITSA4), ao final do período era

de R\$ 48.233 milhões, queda de 14,6% sobre o ano anterior, enquanto o valor total de mercado da soma das participações nas empresas controladas atingiu R\$ 60.703 milhões.

Recompra de Ações

Nos primeiros nove meses de 2015, a Itaúsa adquiriu^(b) 2,0 milhões de ações ordinárias e 2,0 milhões de ações preferenciais de emissão própria no montante total de R\$ 33,6 milhões. O saldo de ações em tesouraria ao final de setembro de 2015 atingiu 1,5 milhão de ações ordinárias e 2,0 milhões de ações preferencias.

(b) Todos os valores foram ajustados pela bonificação de 10% em ações aprovada em Assembleia Geral realizada em 30 de abril de 2015.

Desconto Itaúsa

O desconto é um dos indicadores mais utilizados pelos analistas, acionistas e investidores do mercado de capitais para avaliar o investimento na Itaúsa e diz

respeito à diferença entre o valor de mercado verificado para a Itaúsa em comparação com o valor de mercado teórico que se obtém por meio da "soma das partes" que a compõem.

Em 30 de setembro de 2015, as ações de Itaúsa eram negociadas com desconto de 20,5% em relação ao

valor de mercado da soma de suas participações nas companhias, em comparação a 21,5% ao final do terceiro trimestre de 2014. O cálculo do valor de mercado considera as cotações das ações mais líquidas (média do último dia do período) multiplicada pela quantidade de ações em circulação.

5) DESTAQUES COMPANHIAS CONTROLADAS ITAÚSA



Recompra de Ações - No período de janeiro a setembro de 2015 o Itaú Unibanco adquiriu^(c) 86,7 milhões de ações preferenciais de emissão própria no montante total de R\$ 2,5 bilhões ao preço médio de R\$ 29,07 por ação.

O saldo de ações em tesouraria atingiu 133,8 milhões de ações preferencias em setembro de 2015, que equivalem a 4,6% das ações da mesma classe em circulação (free float).

(c) Todos os valores foram ajustados pela bonificação de 10% em ações aprovada em Assembleia Geral do Itaú Unibanco realizada em 29 de abril de 2015.

Fusão do Banco Itaú Chile com o CorpBanca – A fusão foi aprovada em 04 de setembro de 2015 pela Superintendência de Bancos e Instituições Financeiras (SBIF), autoridade regulatória competente no Chile. Com essa autorização da SBIF, somada às demais aprovações regulatórias obtidas no Brasil, na Colômbia e no Panamá, a fusão foi autorizada por todas as autoridades competentes.

O banco resultante da fusão terá denominação de Itaú CorpBanca, operará sob a marca "Itaú" e será controlado pelo Itaú Unibanco por meio de uma participação acionária de 33,58% em seu capital social.

A fusão, no Chile, deverá ocorrer entre 1º de janeiro e 2 de maio de 2016.

Aquisição de ações da ConectCar – Em 21 de outubro de 2015, a Rede assinou Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças por meio do qual comprometeu-se a adquirir 50% do capital social da ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A., por meio do pagamento de R\$ 170 milhões. Os 50% remanescentes do capital social da ConectCar são detidos pela Ipiranga Produtos de Petróleo S.A., empresa controlada pela Ultrapar Participações S.A.

A ConectCar é uma instituidora de arranjos de pagamento próprios e prestadora de serviços de intermediação de pagamento automático de pedágios, combustível e estacionamentos, posicionando-se hoje como a segunda maior empresa do setor. A Rede compartilhará o controle da ConectCar com o grupo Ultra.



Os investimentos da Duratex somaram R\$ 335,9 milhões no acumulado de 2015. A previsão de investimentos para 2015 é de aproximadamente R\$ 440,0 milhões (sem considerar o valor da aquisição da Duchacorona), destinados somente à sustentação das operações. Deste total, aproximadamente R\$ 177,0 milhões referem-se ao plantio e manutenção das áreas florestais.

Além do Sistema de Gestão Duratex, em vigor desde o início do ano, a Companhia passou a adotar desde 1º de julho de 2015 o Orçamento Base Zero (OBZ), mais uma iniciativa somada aos esforços de corte de custos e despesas. O OBZ é um instrumento de gestão que possibilita repensar toda a organização com o foco na priorização de atividades e na revisão da estrutura, com conseqüente redução de custos e despesas. Dessa forma, além de benefícios de economia no curto prazo, o OBZ permitirá que a Duratex obtenha mudanças culturais no longo prazo.

O processo de integração da Duchacorona, que teve sua aquisição assinada em 1º de julho, está em andamento. Após esta operação, a Duratex assumiu a vice-liderança no setor de chuveiros e torneiras elétricas no Brasil, com 30% da capacidade do mercado. A partir do 3T15, o resultado da Corona passou a ser incluído no resultado consolidado da Duratex.



Os investimentos da Elekeiroz alcançaram R\$ 79,2 milhões no período. Destaque para a conclusão do projeto de interligação e adaptação da planta de gases industriais (PGE) ao complexo da empresa em Camaçari.

O volume expedido no 3º trimestre de 2015 foi de 129,0 mil ton, aumento de 12% em relação ao mesmo período de 2014 e 65% ao trimestre anterior, sendo os produtos inorgânicos os principais responsáveis por esse aumento. A retomada na expedição é também reflexo das modificações e melhorias realizadas durante as paradas programadas que ocorreram no primeiro semestre nas plantas de gás de síntese, álcoois e anidrido ftálico em Camaçari e ácido sulfúrico em Várzea Paulista. Esta última possibilitou o aumento da capacidade de produção em 11%.



Em continuidade ao processo de desativação paulatina da Unidade de Computação, foram entregues, de janeiro a setembro de 2015, 9,6 mil equipamentos entre desktops, notebooks e servidores. Pretende-se que o estoque remanescente seja realizado no transcorrer do quarto trimestre de 2015. Como anteriormente informado, a Itautec continua honrando os contratos de garantia e manutenção de equipamentos relativos à marca Itautec/Infoway, não acarretando qualquer inconveniente a seus clientes.

6) DESEMPENHO ECONÔMICO - COMPANHIAS CONTROLADAS ITAÚSA

6.1) Área de Serviços Financeiros



Os valores comentados a seguir, quando relacionados às informações contábeis, foram apurados de acordo com o IFRS (International Financial Reporting Standards) e não estão proporcionalizados para refletir a participação acionária de 37,18% detida pela Itaúsa direta e indiretamente.

Resultados

O lucro líquido do período de janeiro a setembro de 2015 atribuível aos acionistas controladores foi 36,2% superior ao resultado apurado no mesmo período do ano anterior e totalizou R\$ 20,7 bilhões. O Itaú Unibanco atingiu uma rentabilidade anualizada de 26,9% sobre o patrimônio líquido médio (23,4% em 2014). Em 2015, o lucro líquido recorrente acumulado de janeiro a setembro alcançou R\$ 17,8 bilhões, um

crescimento de 15,8% em relação ao mesmo período de 2014, atingindo um retorno recorrente sobre o patrimônio líquido médio de 23,1%.

Contribuíram para a evolução do resultado apresentado nos primeiros nove meses do ano o aumento de 11,2% nas receitas de prestação de serviços e de tarifas bancárias, em relação ao mesmo período de 2014, devido principalmente ao crescimento das receitas de cartão de crédito, parcialmente compensado pelo crescimento de 12,5% nas Despesas Gerais e Administrativas.

Ativos

O total de ativos consolidados atingiu R\$ 1,2 trilhão ao final de setembro de 2015, com crescimento de 15,2% em relação ao mesmo período do ano anterior, influenciado basicamente pelo aumento dos títulos mobiliários e instrumentos financeiros derivativos e das operações de crédito.

A diversificação dos negócios do Itaú Unibanco reflete-se na mudança da composição da carteira de crédito nos últimos anos, focando a originação em segmentos de menor risco e com maiores garantias.

Carteira de Crédito

Em 30 de setembro de 2015 o saldo da carteira de crédito, incluindo avais e fianças, atingiu R\$ 552,9 bilhões, com crescimento de 9,7% em relação a 30 de setembro de 2014, devido principalmente ao aumento das carteiras de crédito consignado, crédito imobiliário, grandes empresas e América Latina.

Se considerarmos também os riscos de crédito na modalidade de títulos privados, essa evolução atinge 10,1%. Desconsiderando-se o efeito da variação cambial, a carteira de crédito, incluindo títulos privados, teria reduzido 0,5% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Carteira de Crédito	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2014	Em R\$ Milhões	
				Set/15 x Dez/14	Set/15 x Set/14
Pessoas Físicas	186.356	186.505	178.600	-0,1%	4,3%
Cartão de crédito	55.051	59.321	54.265	-7,2%	1,4%
Crédito Pessoal	30.242	28.505	28.641	6,1%	5,6%
Crédito consignado	45.691	40.525	36.436	12,7%	25,4%
Veículos	21.708	29.047	31.468	-25,3%	-31,0%
Crédito Imobiliário	33.662	29.107	27.790	15,7%	21,1%
Pessoas Jurídicas	306.606	295.761	286.201	3,7%	7,1%
Grandes Empresas	221.913	211.637	203.430	4,9%	9,1%
Micro, pequenas e médias empresas	84.693	84.125	82.771	0,7%	2,3%
América Latina (*)	59.895	43.923	39.242	36,4%	52,6%
Total com avais e fianças	552.857	526.190	504.043	5,1%	9,7%
Grandes Empresas - títulos privados (**)	38.332	34.175	32.942	12,2%	16,4%
Total com avais, fianças e títulos privados	591.189	560.365	536.985	5,5%	10,1%
Total com avais, fianças e títulos privados (ex-variação cambial)	591.189	608.920	593.959	-2,9%	-0,5%

(*) Inclui Argentina, Chile, Colômbia, Paraguai e Uruguai

(**) Inclui debêntures, CRI e *commercial paper*

Pessoas Físicas – No Brasil a carteira de crédito para Pessoas Físicas alcançou R\$ 186,4 bilhões em 30 de setembro de 2015, crescimento de 4,3% em relação ao mesmo período de 2014.

Pessoas Jurídicas - No Brasil, a carteira de crédito com avais e fianças para Pessoas Jurídicas, atingiu R\$ 306,6 bilhões em 30 de setembro de 2015, apresentando crescimento de 7,1% ao mesmo período de 2014.

A carteira de crédito dos **outros países da América Latina** atingiu R\$ 59,9 bilhões, crescendo 52,6% em relação a setembro de 2014. Sem considerar o efeito da variação cambial das respectivas moedas locais frente ao Real, a variação da carteira no período foi de 10,4%.

Solidez do Capital

Visando garantir a solidez e disponibilidade de capital do Itaú Unibanco para suportar o crescimento dos negócios, os níveis de capital regulatório foram

mantidos acima do necessário para fazer frente aos riscos, conforme evidenciado pelo índice de Basileia e pelos índices de Capital Principal e Nível II.

Ao final de setembro de 2015 o índice de Basileia atingiu 16,1%, sendo 12,3% de Capital Principal e 3,8% de Capital Nível II, composto principalmente por ações, quotas, reservas e lucros retidos, e dívidas subordinadas. Esses indicadores demonstram a capacidade efetiva do Itaú Unibanco de absorver perdas. O montante de dívidas subordinadas que integram o Nível II do capital regulatório alcançou R\$ 29,1 bilhões em 30 de setembro de 2015.

Inadimplência

A estratégia de redução de risco na concessão de crédito do Itaú Unibanco, iniciada em 2011, impactou no índice de inadimplência, influenciado principalmente pela mudança do perfil de crédito de sua carteira:

- índice de inadimplência total (operações em atraso há mais de 90 dias), alcançou 3,3% em 30 de setembro de 2015, crescimento de 0,1 p.p. em relação a 30 de setembro de 2014.
- na carteira de clientes pessoas físicas, esse índice atingiu 5,1% ao final de setembro de 2015, crescimento de 0,1 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior; e
- na carteira de clientes pessoas jurídicas, o indicador atingiu 2,0% ao final de setembro de 2015, 0,2 p.p. acima em relação ao mesmo período do ano anterior.

Captações

Os Recursos Próprios Livres, Captados e Administrados totalizaram R\$ 1,9 trilhão em 30 de setembro de 2015, aumento de 13,9% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Em relação a setembro de 2014, o Itaú Unibanco aumentou em 6,7% os depósitos à vista somados aos de poupança. A relação entre a Carteira de Crédito e Captação atingiu 77,1% em 30 de setembro de 2015.

6.2) Área Industrial



A receita líquida da Duratex totalizou R\$ 3.008 milhões nos nove primeiros meses de 2015 (9M15), expansão de 2,2% em relação ao mesmo período de 2014, sendo R\$ 249,6 milhões referentes à participação da controlada colombiana Tablemac. O bom desempenho da Tablemac, aliado a um aumento das exportações, proporcionou um aumento na receita do mercado externo de 41,4%.

O período acumulado dos nove primeiros meses de 2015 apresentou uma retração de 4,9% no EBITDA ajustado e recorrente com margem de 21,7% contra 23,3% nesse mesmo período em 2014.

O lucro líquido recorrente no período de janeiro a setembro de 2015 foi de R\$ 145,6 milhões, queda de 46,7% no comparativo com o ano anterior. As principais razões para esse resultado foram: diminuição no valor justo do ativo biológico, por conta da estabilidade do preço da Madeira (no mesmo período de 2014 ocorreu um ajuste positivo por conta do aumento do preço que não se repetiu em 2015) e aumento das despesas financeiras em função do aumento da taxa de juros, além da pressão de custos.

A **Divisão Madeira** apresentou aumento de volume no terceiro trimestre de 2015 de 11,9% em relação ao trimestre anterior, porém, apresentou queda de 6,9% quando comparado ao acumulado 2015 e 2014. O terceiro trimestre apresentou recuperação frente aos volumes expedidos no trimestre anterior. Na comparação com o terceiro trimestre de 2014, a queda foi mais acentuada, todavia, vale lembrar que nesse período ocorreu a recuperação da economia após o fraco volume do primeiro semestre do ano decorrente da Copa do Mundo. A desaceleração da demanda por painéis de madeira observada durante o ano é resultado principalmente da diminuição de vendas no varejo de móveis, que corresponde a aproximadamente 40% das vendas de painéis da Duratex. A receita líquida da Divisão Madeira totalizou R\$ 1.973,5 milhões no ano, aumento de 3,3% em relação ao mesmo período de 2014.

No acumulado do ano, a **Divisão Deca** apresentou queda de 4,4% no volume expedido, comparado ao mesmo período de 2014 (sendo 7,7% excluindo-se a Corona). Mesmo em um cenário desafiador, a Deca mantém estabilidade em seu resultado, sua receita acumulada no ano tem queda de 1,6% excluindo o incremento da Corona, mas com resultado melhor do que o observado pelo segmento de materiais de construção civil. No acumulado anual a receita líquida manteve-se praticamente estável em R\$ 1.034,7 milhões e a margem EBITDA ajustada e recorrente foi de 18,8% contra 18,7% no ano anterior.

Elekeiroz

A receita líquida acumulada de janeiro a setembro de 2015 foi de R\$ 665,3 milhões, 4% abaixo do realizado em igual período de 2014. O mercado interno manteve-se estável, enquanto as exportações recuaram 30%.

O lucro bruto no terceiro trimestre de 2015 apresentou recuperação de 216% decorrente dos projetos de melhoria e redução de custos concluídos no primeiro semestre do ano, colaborando assim para que o acumulado até setembro de 2015 fosse 54% superior ao do mesmo período de 2014.

No terceiro trimestre de 2015 os resultados da Companhia foram impactados por dois eventos de natureza não recorrente: (i) alienação de um imóvel não utilizado nas operações e (ii) reconhecimento de créditos fiscais decorrentes de ação judicial transitada em julgado. No acumulado do ano, além destes dois eventos, houve a reversão de provisões constituídas para cobertura de contingências cíveis de R\$ 3,3 milhões no primeiro trimestre de 2015.

O EBITDA dos nove primeiros meses de 2015 foi de R\$ 46,1 milhões, R\$ 17,8 milhões recorrentes (R\$ 6,7 milhões em 2014). Considerando os investimentos realizados na companhia, como a interligação da planta de gases industriais e o aumento da capacidade de produção de ácido sulfúrico, ambos finalizados no 1º semestre, o resultado do EBITDA recorrente (não considerados a venda do terreno e os créditos fiscais) do 3º trimestre anualizado resultaria em R\$ 67 milhões.

O lucro líquido da Companhia nesse mesmo período foi de R\$ 0,4 milhão, prejuízo de R\$ 19,0 milhões se desconsiderados os eventos não recorrentes (R\$ 11,9 milhões de prejuízo em 2014).

Ao final de setembro a dívida líquida totalizou R\$ 173,2 milhões, correspondendo a 37% do patrimônio líquido, sendo que da dívida de longo prazo de R\$ 82,4 milhões, 40% vencem a partir de 2019.

Itautec

A receita líquida consolidada de vendas e serviços acumulada de janeiro a setembro de 2015 foi de R\$ 24,6 milhões.

O resultado bruto acumulado do período foi negativo em R\$ 3,9 milhões.

As despesas operacionais atingiram R\$ 20,7 milhões nos nove primeiros meses de 2015.

Em razão dos fatores descritos acima, o resultado líquido acumulado de janeiro a setembro de 2015 foi um prejuízo de R\$ 24,3 milhões.

O saldo de disponibilidades financeiras ao final de setembro de 2015 é de R\$ 9,6 milhões e a dívida financeira bruta de R\$ 74,2 milhões, resultando em uma dívida líquida de R\$ 64,6 milhões, que não inclui o recebimento de precatórios federais considerados no orçamento da União de 2015 e empenhados para pagamento em dezembro de 2015, no valor de R\$ 85,1 milhões.

7) SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE CORPORATIVA

ITAÚSA

A Itaúsa, juntamente com o Itaú Unibanco Holding S.A., foram novamente selecionados para compor a carteira do Dow Jones Sustainability World Index

(DJSI) em sua edição 2015/2016, como resultado do compromisso com a sustentabilidade corporativa direcionada para a criação de valor para os acionistas. A Itaúsa compõe o índice pelo 12º ano. Além disso, a Itaúsa, o Itaú Unibanco e a Duratex foram selecionados para compor a carteira do Dow Jones Sustainability Emerging Markets Index.

A Itaúsa foi novamente listada dentre os 200 maiores grupos brasileiros na Edição Especial da Revista Exame.



“Melhores Empresas para Trabalhar 2015” - Em agosto de 2015, o Itaú Unibanco foi eleito, pelo 7º ano consecutivo, uma das Melhores Empresas para Trabalhar 2015, segundo a revista Época em parceria com a consultoria Great Place to Work.

Empresa Mais Sustentável - Em setembro de 2015, o Itaú Unibanco obteve o reconhecimento de Empresa Mais Sustentável do ano no Prêmio Época 360°, promovido pela Revista Época Negócios, que avalia a gestão de performance sustentável das empresas no país. Nesse mesmo mês, também foi destaque entre as empresas ganhadoras do Euromoney Awards, um dos prêmios mais importantes da Europa organizado pela Revista Euromoney, como exemplo de responsabilidade corporativa e social (CSR) na América Latina.



A área Florestal da Duratex conquistou a recertificação do Manejo Florestal por atender aos princípios do FSC® (Forest Stewardship Council®). Com isso, a empresa reafirma seu compromisso com a prática de Manejo Florestal economicamente viável, ambientalmente adequado e socialmente benéfico. A companhia foi a primeira da América do Sul e a décima do mundo a alcançar esse reconhecimento e tem se mantido dentro dos parâmetros exigidos pelo selo, renovando periodicamente a certificação desde 1995.

A Hydra lançou uma campanha com o tema “Economize água sem quebradeira!” abordando os diferenciais do Kit Conversor Hydra, demonstrando como o consumidor pode economizar até 60% de água com esse produto sem precisar reformar ou quebrar sua parede.

8) GESTÃO DE PESSOAS DO CONGLOMERADO ITAÚSA

O Conglomerado Itaúsa contava com cerca de 104 mil colaboradores no final de setembro de 2015, incluindo aproximadamente 7,6 mil colaboradores em unidades no exterior. A remuneração fixa do pessoal somada aos seus encargos e benefícios totalizou R\$ 10,4 bilhões no período.

9) AUDITORIA INDEPENDENTE – INSTRUÇÃO CVM nº 381

Procedimentos adotados pela Sociedade

A política de atuação da Itaúsa e empresas controladas na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa dos nossos auditores independentes, se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência do auditor. Estes princípios consistem em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

No período de janeiro a setembro de 2015, não foram contratados junto à BDO e partes a ela relacionadas, serviços não relacionados à auditoria externa.

Adicionalmente, decidimos aplicar as determinações desta Instrução às contratações de serviços não relacionados à auditoria externa prestados pela PwC.

No período de janeiro a setembro de 2015, foram prestados os seguintes serviços:

- 21 de janeiro, 11 de fevereiro, 23 de março de 2015 e 26 de maio – aquisição de pesquisas e materiais técnicos;
- 22 de maio – participação em curso aberto ao público, relacionado à gestão de capital humano;
- 11 de junho – análise do tratamento fiscal relacionado às operações de venda para entrega futura;
- 18 de agosto – participação em workshop: Resultados e Tendências - Benchmarking de Capital Humano 2015.
- 09 de setembro – consultoria em relação a processos internos e práticas usuais de mercado para operação de *Middle Market*; e
- 23 de setembro – revisão da Escrituração Contábil Fiscal.

Justificativa dos Auditores Independentes – PricewaterhouseCoopers

A prestação de outros serviços profissionais não relacionados à auditoria externa, acima descritos, não afeta a independência nem a objetividade na condução dos exames de auditoria externa efetuados à Itaúsa e suas controladas. A política de atuação com a Itaúsa na prestação de serviços não relacionados à auditoria externa se substancia nos princípios que preservam a independência do Auditor Independente e todos foram observados na prestação dos referidos serviços.

10) AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos acionistas e clientes pela confiança a nós dispensada, a quem procuramos retribuir sempre com a obtenção de resultados diferenciados em relação ao mercado e com a oferta de produtos e serviços de qualidade, e aos nossos colaboradores, pelo talento com que têm contribuído para garantir o crescimento sustentável de nossos negócios.

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

ALFREDO EGYDIO ARRUDA VILLELA FILHO

Vice-Presidente

ALFREDO EGYDIO SETUBAL

Conselheiros

HENRI PENCHAS

LICIO DA COSTA RAIMUNDO

PAULO SETUBAL

RODOLFO VILLELA MARINO

Conselheiros Suplentes

RICARDO EGYDIO SETUBAL

RICARDO VILLELA MARINO

CONSELHO FISCAL

Presidente

TEREZA CRISTINA GROSSI TOGNI

Conselheiros

ALEXANDRE BARENCO RIBEIRO

FLAVIO CÉSAR MAIA LUZ

JOSÉ CARLOS DE BRITO E CUNHA

PAULO RICARDO MORAES AMARAL

Conselheiros Suplentes respectivos

JOSÉ ROBERTO BRANT DE CARVALHO

PEDRO AMÉRICO HERBST

FELÍCIO CINTRA DO PRADO JÚNIOR

AUGUSTO CARNEIRO DE OLIVEIRA FILHO

JOÃO COSTA

DIRETORIA

Diretor Presidente

ALFREDO EGYDIO SETUBAL (*)

Diretores Vice-Presidentes

ROBERTO EGYDIO SETUBAL

RODOLFO VILLELA MARINO

(*) *Diretor de Relações com Investidores*

Contador

RICARDO JORGE PORTO DE SOUSA

CRC 1SP 185.916/O-8

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

PEDRO MOREIRA SALLES

Vice-Presidentes

ALFREDO EGYDIO ARRUDA VILLELA FILHO
ROBERTO EGYDIO SETUBAL

Conselheiros

ALFREDO EGYDIO SETUBAL
CANDIDO BOTELHO BRACHER
DEMOSTHENES MADUREIRA DE PINHO NETO
FÁBIO COLLETTI BARBOSA
GUSTAVO JORGE LABOISSIÈRE LOYOLA
HENRI PENCHAS
NILDEMAR SECCHES
PEDRO LUIZ BODIN DE MORAES
RICARDO VILLELA MARINO

COMITÊ DE AUDITORIA

Presidente

GERALDO TRAVAGLIA FILHO

Membros

ANTÔNIO FRANCISCO DE LIMA NETO
DIEGO FRESCO GUTIERREZ
LUIZ ALBERTO FIORE
MARIA HELENA DOS SANTOS FERNANDES DE SANTANA
SERGIO DARCY DA SILVA ALVES

CONSELHO FISCAL

Presidente

IRAN SIQUEIRA LIMA

Conselheiros

ALBERTO SOZIN FURUGUEM
LUIZ ALBERTO DE CASTRO FALLEIROS

DIRETORIA

Diretor Presidente

ROBERTO EGYDIO SETUBAL

Diretores Gerais

CANDIDO BOTELHO BRACHER
MÁRCIO DE ANDRADE SCHETTINI
MARCO AMBROGIO CRESPI BONOMI

Diretores Vice-Presidentes

CLAUDIA POLITANSKI
EDUARDO MAZZILLI DE VASSIMON

Diretores Executivos

ALEXSANDRO BROEDEL LOPES
LEILA CRISTIANE BARBOZA BRAGA DE MELO
PAULO SERGIO MIRON

Diretores

ADRIANO CABRAL VOLPINI
ÁLVARO FELIPE RIZZI RODRIGUES
CLÁUDIO JOSÉ COUTINHO ARROMATTE
EDUARDO HIROYUKI MIYAKI
EMERSON MACEDO BORTOLOTO
JOSÉ VIRGILIO VITA NETO
MARCELO KOPEL (*)
MATIAS GRANATA
RODRIGO LUIS ROSA COUTO
WAGNER BETTINI SANCHES

(*) Diretor de Relações com Investidores

DURATEX S.A.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

SALO DAVI SEIBEL

Vice-Presidentes

ALFREDO EGYDIO ARRUDA VILLELA FILHO
RICARDO EGYDIO SETUBAL

Conselheiros

ALFREDO EGYDIO SETUBAL
ÁLVARO ANTONIO CARDOSO DE SOUZA
FRANCISCO AMAURI OLSEN
HELIO SEIBEL
HENRI PENCHAS
KATIA MARTINS COSTA
RAUL CALFAT
RODOLFO VILLELA MARINO

Conselheiros Suplentes

ANDREA LASERNA SEIBEL
OLAVO EGYDIO SETUBAL JÚNIOR
RICARDO VILLELA MARINO

DIRETORIA

Diretor Presidente e Vice-Presidente da Unidade de Negócios Madeira

ANTONIO JOAQUIM DE OLIVEIRA

Vice-Presidente da Unidade de Negócios DECA

RAUL PENTEADO DE OLIVEIRA NETO

Diretores

ALEXANDRE COELHO NETO DO NASCIMENTO
BRUNO BASILE ANTONACCIO
FLAVIO MARASSI DONATELLI (*)
JOSÉ RICARDO PARAÍSO FERRAZ
MARCO ANTONIO MILLEO
MARIA JULIETA PINTO RODRIGUES NOGUEIRA
NELSON RICARDO TEIXEIRA
PAULO CESAR MARÓSTICA

(*) Diretor de Relações com Investidores

ITAUTEC S.A. - GRUPO ITAUTEC

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

RICARDO EGYDIO SETUBAL

Vice-Presidente

ALFREDO EGYDIO ARRUDA VILLELA FILHO

Conselheiros

HENRI PENCHAS
OLAVO EGYDIO SETUBAL JÚNIOR
RODOLFO VILLELA MARINO

Conselheiros Suplentes

ALFREDO EGYDIO SETUBAL
RICARDO VILLELA MARINO

DIRETORIA

Diretor Presidente

JOÃO JACÓ HAZARABEDIAN

Diretores

RENATA MARTINS GOMES
RODOLFO LATINI NETO (*)

(*) Diretor de Relações com Investidores

ELEKEIROZ S.A.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

RODOLFO VILLELA MARINO

Vice-Presidente

OLAVO EGYDIO SETUBAL JÚNIOR

Conselheiros

CESAR SUAKI DOS SANTOS
HENRI PENCHAS
RICARDO EGYDIO SETUBAL

Conselheiros Suplentes

ALFREDO EGYDIO SETUBAL
RICARDO VILLELA MARINO

DIRETORIA

Diretor Presidente

MARCOS ANTONIO DE MARCHI (*)

Diretores

ELDER ANTONIO MARTINI
RICARDO CRAVEIRO MASSARI

(*) Diretor de Relações com Investidores

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.**Balanco Patrimonial Consolidado***(Em milhões de Reais)*

ATIVO	NOTA	30/09/2015	31/12/2014
Caixa e Equivalentes de Caixa	3	2.118	1.897
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	4	274	290
Clientes	5	1.172	1.069
Outros Ativos Financeiros	6a	970	1.080
Estoques	7	922	831
Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	8 IIa	40.086	35.798
Imobilizado, Líquido	9	4.215	4.085
Ativos Intangíveis, Líquidos	10	1.041	1.029
Ativos Biológicos	11	1.428	1.355
Ativos Fiscais		1.376	1.130
Imposto de Renda e Contribuição Social a Compensar		282	286
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	12b	971	744
Outros		123	100
Outros Ativos	6a	20	30
Ativo Mantido para Venda	28	41	-
TOTAL DO ATIVO		53.663	48.594

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	NOTA	30/09/2015	31/12/2014
Passivo			
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio		1.222	1.322
Empréstimos e Financiamentos	13	3.053	2.902
Debêntures	14	131	123
Provisões	15	690	574
Obrigações Fiscais		948	751
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes		84	11
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	12b	768	623
Outras		96	117
Outros Passivos	6b	759	683
Total do Passivo		6.803	6.355
Patrimônio Líquido			
Capital Social	16a	32.325	27.025
Ações em Tesouraria		(29)	(91)
Reservas	16c	12.023	12.777
Ajustes de Avaliação Patrimonial		(575)	(485)
Total do Patrimônio Líquido dos Acionistas Controladores		43.744	39.226
Participações de Acionistas não Controladores		3.116	3.013
Total do Patrimônio Líquido		46.860	42.239
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		53.663	48.594

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.**Demonstração Consolidada do Resultado**

(Em milhões de Reais, exceto as informações por ação)

	NOTA	01/07 a 30/09/2015	01/01 a 30/09/2015	01/07 a 30/09/2014	01/01 a 30/09/2014
Vendas de Produtos e Serviços	18	1.307	3.697	1.328	3.730
Custo dos Produtos e Serviços	19	(983)	(2.799)	(992)	(2.766)
Despesa com Vendas		(170)	(477)	(170)	(447)
Resultado Financeiro		(28)	(84)	(35)	(71)
Despesas Gerais e Administrativas	20	(79)	(212)	(54)	(191)
Outros Resultados Operacionais	21	31	42	15	198
Despesas Tributárias		(39)	(219)	(9)	(154)
Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	8 IIa	3.251	7.301	2.178	5.587
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		3.290	7.249	2.261	5.886
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	12a	(53)	(90)	(40)	(72)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	12b	113	56	(13)	(28)
Lucro Líquido		3.350	7.215	2.208	5.786
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores		3.329	7.125	2.155	5.593
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Não Controladores		21	90	53	193
Lucro por Ação - Básico e Diluído	22				
Ordinárias		0,49	1,06	0,32	0,84
Preferenciais		0,49	1,06	0,32	0,84
Média ponderada da quantidade de ações em circulação - Básica e Diluída					
Ordinárias		2.596.086.268	2.590.645.559	2.583.149.111	2.572.697.791
Preferenciais		4.160.584.761	4.150.921.832	4.130.929.307	4.110.985.452

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.**Demonstração Consolidada do Resultado Abrangente**

(Em milhões de Reais)

	01/07 a 30/09/2015	01/01 a 30/09/2015	01/07 a 30/09/2014	01/01 a 30/09/2014
Lucro Líquido	3.350	7.215	2.208	5.786
Outros Resultados Abrangentes	(224)	(90)	140	256
Itens que serão Reclassificados para o Resultado	(204)	(76)	137	243
Participação em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	(216)	(101)	133	243
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda, Hedge e Variação Cambial de Investimentos no Exterior	(216)	(101)	133	243
Participação em Subsidiárias	12	25	4	-
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda e Variação Cambial de Investimentos no Exterior	12	25	4	-
Itens que não serão Reclassificados para o Resultado	(20)	(14)	3	13
Participação em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	(20)	(14)	3	13
Remensurações em Obrigações de Benefícios Pós Emprego	(20)	(14)	3	13
Total do Resultado Abrangente	3.126	7.125	2.348	6.042
Resultado Abrangente Atribuível à Participação dos Acionistas Controladores	3.105	7.035	2.295	5.849
Resultado Abrangente Atribuível aos Acionistas não Controladores	21	90	53	193

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.**Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa**

(Em milhões de Reais)

	Nota	01/07 a 30/09/2015	01/01 a 30/09/2015	01/07 a 30/09/2014	01/01 a 30/09/2014
Lucro Líquido Ajustado		181	504	232	593
Lucro Líquido		3.350	7.215	2.208	5.786
Ajustes ao Lucro Líquido:		(3.169)	(6.711)	(1.976)	(5.193)
Juros, Variações Cambiais e Monetárias Líquidas		101	286	85	207
Depreciação, Amortização e Exaustão	9, 10 e 11	163	487	168	474
Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	8 IIa	(3.251)	(7.301)	(2.178)	(5.587)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		(113)	(56)	13	28
Variação do Valor Justo dos Ativos Biológicos	11 c	(26)	(103)	(64)	(188)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		6	10	4	5
Resultado da Alienação de Ativo Imobilizado		(22)	(22)	-	(3)
Outros		(27)	(12)	(4)	(129)
Variações nos Ativos e Passivos		54	368	97	139
Redução em Ativos Financeiros		32	24	21	37
Aumento em Contas a Receber de Clientes		(90)	(64)	(82)	(8)
(Aumento) Redução em Estoques		(9)	(62)	54	30
Redução em Ativos Fiscais		1	4	3	13
Redução em Outros Ativos		119	350	73	588
Aumento (Redução) em Fornecedores		14	(8)	(96)	(96)
Aumento (Redução) em Obrigações Fiscais e Trabalhistas		(7)	(24)	29	16
Aumento (Redução) em Outros Passivos		(6)	148	95	(441)
Outros		(103)	(179)	(59)	(224)
Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social		(4)	(12)	(5)	(60)
Juros Pagos sobre Empréstimos e Financiamentos		(99)	(167)	(54)	(164)
Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais		132	693	270	508
Aquisição de Investimentos		(1)	(1)	-	(148)
Aquisição de Imobilizado de Uso e Intangível		(122)	(439)	(129)	(373)
Alienação de Imobilizado de Uso		1	1	(3)	134
Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos Recebidos		738	2.450	641	1.929
Outros		-	-	16	-
Caixa Líquido Gerado nas Atividades de Investimento		616	2.011	525	1.542
Integralização de Capital		-	3	-	188
Ações em Tesouraria		(21)	(34)	(24)	(70)
Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos pagos		(644)	(2.444)	(587)	(1.797)
Ingresso de Empréstimos e Financiamentos		430	571	15	620
Amortização de Empréstimos e Financiamentos		(343)	(576)	(100)	(619)
Amortização de Debêntures		-	(7)	-	(7)
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Financiamento		(578)	(2.487)	(696)	(1.685)
Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes		170	217	99	365
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	3	1.945	1.897	1.805	1.539
Variação Cambial sobre Caixa e Equivalentes de Caixa		3	4	(15)	(15)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	3	2.118	2.118	1.889	1.889

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.
Demonstração do Valor Adicionado Consolidada

(Em milhões de Reais)

	01/07 a		01/01 a		01/07 a		01/01 a	
	30/09/2015	%	30/09/2015	%	30/09/2014	%	30/09/2014	%
Receitas	1.668		4.712		1.663		4.942	
Vendas de Produtos e Serviços	1.651		4.683		1.651		4.721	
Resultado de Créditos de Liquidação Duvidosa	(5)		(11)		(7)		(10)	
Outras Receitas	22		40		19		231	
Insumos Adquiridos de Terceiros	(1.007)		(2.903)		(970)		(2.834)	
Custos dos Produtos e Serviços	(867)		(2.435)		(777)		(2.361)	
Materiais, Energia, Serviços Terceiros e Outros	(138)		(459)		(190)		(467)	
Outras	(2)		(9)		(3)		(6)	
Valor Adicionado Bruto	661		1.809		693		2.108	
Depreciação, Amortização e Exaustão	(163)		(487)		(168)		(474)	
Valor Adicionado Líquido Produzido	498		1.322		525		1.634	
Valor Adicionado Recebido em Transferência	3.372		7.628		2.258		5.786	
Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	3.251		7.301		2.178		5.587	
Receitas Financeiras	118		318		77		190	
Outras Receitas	3		9		3		9	
Valor Adicionado Total a Distribuir	3.870		8.950		2.783		7.420	
Distribuição do Valor Adicionado	3.870	100,00%	8.950	100,00%	2.783	100,00%	7.420	100,00%
Pessoal	223	5,76%	615	6,87%	211	7,58%	622	8,38%
Remuneração Direta	180		495		171		509	
Benefícios	31		86		27		79	
F.G.T.S.	12		34		13		34	
Impostos, Taxas e Contribuições	148	3,82%	732	8,18%	269	9,67%	755	10,18%
Federais	80		556		196		602	
Estaduais	66		170		71		147	
Municipais	2		6		2		6	
Remuneração de Capitais de Terceiros - Juros	149	3,85%	388	4,34%	95	3,41%	257	3,46%
Remuneração de Capital Próprio	3.350	86,57%	7.215	80,61%	2.208	79,34%	5.786	77,98%
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos/Provisionados	878		1.903		509		1.437	
Lucros Retidos do Período	2.451		5.222		1.646		4.156	
Participação dos Acionistas Não Controladores nos Lucros Retidos	21		90		53		193	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.**Balço Patrimonial Individual**

(Em milhões de Reais)

ATIVO	NOTA	30/09/2015	31/12/2014
Caixa e Equivalentes de Caixa		808	643
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação		274	290
Outros Ativos Financeiros		625	697
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio		574	625
Depósitos Judiciais em Garantia de Contingências		51	72
Investimentos em Subsidiárias, Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	8 I b	42.585	38.035
Imobilizado, Líquido		77	70
Ativos Intangíveis, Líquidos		460	460
Ativos Fiscais		786	759
Imposto de Renda e Contribuição Social a Compensar		210	206
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		574	551
Outros Tributos a Compensar		2	2
Outros Ativos		4	4
TOTAL DO ATIVO		45.619	40.958

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	NOTA	30/09/2015	31/12/2014
Passivo			
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio		1.222	1.282
Provisões		553	412
Obrigações Fiscais		93	32
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes		46	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		5	5
Outras		42	27
Outros Passivos		7	6
Total do Passivo		1.875	1.732
Patrimônio Líquido			
Capital Social	16a	32.325	27.025
Ações em Tesouraria		(29)	(91)
Reservas	16c	12.023	12.777
Ajustes de Avaliação Patrimonial		(575)	(485)
Total do Patrimônio Líquido		43.744	39.226
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		45.619	40.958

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.**Demonstração do Resultado Individual***(Em milhões de Reais, exceto as informações por ação)*

	NOTA	01/07 a 30/09/2015	01/01 a 30/09/2015	01/07 a 30/09/2014	01/01 a 30/09/2014
Resultado Financeiro		25	75	17	46
Outras Receitas Operacionais		3	9	3	9
Despesas Gerais e Administrativas		(8)	(26)	(9)	(25)
Despesas Tributárias		(37)	(217)	(10)	(154)
Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido de Subsidiárias, Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	8 b	3.271	7.322	2.200	5.782
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		3.254	7.163	2.201	5.658
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes		(45)	(60)	(40)	(41)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		120	22	(6)	(24)
Lucro Líquido		3.329	7.125	2.155	5.593
Lucro Por Ação - Básico e Diluído	22				
Ordinárias		0,49	1,06	0,32	0,84
Preferenciais		0,49	1,06	0,32	0,84
Média Ponderada da Quantidade de Ações em Circulação - Básica e Diluída					
Ordinárias		2.596.086.268	2.590.645.559	2.583.149.111	2.572.697.791
Preferenciais		4.160.584.761	4.150.921.832	4.130.929.307	4.110.985.452

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.***ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.****Demonstração do Resultado Abrangente Individual***(Em milhões de Reais)*

	01/07 a 30/09/2015	01/01 a 30/09/2015	01/07 a 30/09/2014	01/01 a 30/09/2014
Lucro Líquido	3.329	7.125	2.155	5.593
Outros Resultados Abrangentes	(224)	(90)	140	256
Itens que serão Reclassificados para o Resultado	(204)	(76)	137	243
Participação em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	(216)	(101)	133	243
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda, Hedge e Variação Cambial de Investimentos no Exterior	(216)	(101)	133	243
Participação em Subsidiárias	12	25	4	-
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda e Variação Cambial de Investimentos no Exterior	12	25	4	-
Itens que não serão Reclassificados para o Resultado	(20)	(14)	3	13
Participação em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	(20)	(14)	3	13
Remensurações em Obrigações de Benefícios Pós Emprego	(20)	(14)	3	13
Total do Resultado Abrangente	3.105	7.035	2.295	5.849

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.**Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Nota 16)**

(Em milhões de Reais)

	Atribuído à Participação dos Acionistas Controladores							Total do Patrimônio Líquido Acionistas Controladores	Total do Patrimônio Líquido Acionistas não Controladores	Total
	Capital Social	Ações em Tesouraria	Reservas Integralizadas de Capital e de Lucros	Reservas a Integralizar	Proposta de Distribuição de Dividendos Adicionais	Lucros / (Prejuízos) Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial			
Saldo em 01/01/2014	22.000	-	8.127	3.262	617	-	(875)	33.131	2.843	35.974
Transações com os Acionistas	5.025	(60)	(4.500)	-	(617)	(1.437)	-	(1.589)	(24)	(1.613)
Integralização de Capital	525	-	-	-	-	-	-	525	-	525
Ações em Tesouraria	-	(60)	-	-	-	-	-	(60)	-	(60)
Aumento de Capital com Reservas	4.500	-	(4.500)	-	-	-	-	-	-	-
(Aumento) / Redução de Participação de Acionistas Controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	(24)	(24)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	(1.437)	-	(1.437)	-	(1.437)
Dividendo Excedente ao Mínimo Obrigatório do Exercício Anterior	-	-	-	-	(617)	-	-	(617)	-	(617)
Transações com Subsidiárias e Controladas em Conjunto	-	-	(120)	-	-	-	-	(120)	-	(120)
Integralização de Reservas	-	-	3.262	(3.262)	-	-	-	-	-	-
Total do Resultado Abrangente	-	-	-	-	-	5.593	256	5.849	193	6.042
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	5.593	-	5.593	193	5.786
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-	-	256	256	-	256
Destinações:										
Reserva Legal	-	-	280	-	-	(280)	-	-	-	-
Reservas a Integralizar	-	-	-	3.876	-	(3.876)	-	-	-	-
Saldo em 30/09/2014	27.025	(60)	7.049	3.876	-	-	(619)	37.271	3.012	40.283
Mutações do Período	5.025	(60)	(1.078)	614	(617)	-	256	4.140	169	4.309
Saldo em 01/01/2015	27.025	(91)	7.249	4.969	559	-	(485)	39.226	3.013	42.239
Transações com os Acionistas	5.300	62	(5.255)	-	(559)	(1.903)	-	(2.355)	13	(2.342)
Integralização de Capital	300	-	-	-	-	-	-	300	-	300
Ações em Tesouraria	-	(34)	-	-	-	-	-	(34)	-	(34)
Cancelamento de Ações em Tesouraria	-	96	(96)	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de Capital com Reservas	5.000	-	(5.000)	-	-	-	-	-	-	-
(Aumento) / Redução de Participação de Acionistas Controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	13	13
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	(1.903)	-	(1.903)	-	(1.903)
Dividendo Excedente ao Mínimo Obrigatório do Exercício Anterior	-	-	(159)	-	(559)	-	-	(718)	-	(718)
Transações com Subsidiárias e Controladas em Conjunto	-	-	(162)	-	-	-	-	(162)	-	(162)
Integralização de Reservas	-	-	4.969	(4.969)	-	-	-	-	-	-
Total do Resultado Abrangente	-	-	-	-	-	7.125	(90)	7.035	90	7.125
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	7.125	-	7.125	90	7.215
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-	-	(90)	(90)	-	(90)
Destinações:										
Reserva Legal	-	-	356	-	-	(356)	-	-	-	-
Reservas a Integralizar	-	-	-	4.866	-	(4.866)	-	-	-	-
Saldo em 30/09/2015	32.325	(29)	7.157	4.866	-	-	(575)	43.744	3.116	46.860
Mutações do Período	5.300	62	(92)	(103)	(559)	-	(90)	4.518	103	4.621

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.
Demonstração dos Fluxos de Caixa Individual

(Em milhões de Reais)

	01/07 a 30/09/2015	01/01 a 30/09/2015	01/07 a 30/09/2014	01/01 a 30/09/2014
Lucro Líquido Ajustado	(61)	(217)	(38)	(163)
Lucro Líquido	3.329	7.125	2.155	5.593
Ajustes ao Lucro Líquido:	(3.390)	(7.342)	(2.193)	(5.756)
Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido de Subsidiárias, Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	(3.271)	(7.322)	(2.200)	(5.782)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(120)	(22)	6	24
Depreciação e Amortização	1	2	1	2
Variações nos Ativos e Passivos	121	482	57	213
Redução em Ativos Financeiros	30	16	6	22
Redução em Outros Ativos	93	296	79	608
(Aumento) Redução em Provisões e Demais Passivos	(2)	170	(28)	(417)
Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais	60	265	19	50
Aumento de Capital em Subsidiária	(200)	(200)	-	-
Aquisição de Imobilizado	(7)	(9)	-	-
Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos Recebidos	749	2.491	663	2.007
Caixa Líquido Gerado nas Atividades de Investimento	542	2.282	663	2.007
Integralização de Capital	-	3	-	188
Aquisição de Ações para Tesouraria	(21)	(34)	(24)	(60)
Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos Pagos	(621)	(2.351)	(537)	(1.642)
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Financiamento	(642)	(2.382)	(561)	(1.514)
Aumento/(Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	(40)	165	121	543
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	848	643	762	340
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	808	808	883	883

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.**Demonstração do Valor Adicionado Individual**

(Em milhões de Reais)

	01/07 a 30/09/2015	%	01/01 a 30/09/2015	%	01/07 a 30/09/2014	%	01/01 a 30/09/2014	%
Insumos Adquiridos de Terceiros	(5)		(17)		(5)		(11)	
Serviços de Terceiros	(3)		(9)		(2)		(5)	
Outras	(2)		(8)		(3)		(6)	
Convênio de Rateio de Custo Comum	(1)		(3)		(2)		(4)	
Outras	(1)		(5)		(1)		(2)	
Valor Adicionado Bruto	(5)		(17)		(5)		(11)	
Depreciação e Amortização	(1)		(2)		(1)		(2)	
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade	(6)		(19)		(6)		(13)	
Valor Adicionado Recebido em Transferência	3.313		7.442		2.229		5.857	
Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido de Subsidiárias, Associadas e Entidades Controladas em	3.271		7.322		2.200		5.782	
Receitas Financeiras	39		111		26		66	
Outras Receitas	3		9		3		9	
Valor Adicionado Total a Distribuir	3.307	100,00%	7.423	100,00%	2.223	100,00%	5.844	100,00%
Distribuição do Valor Adicionado	3.307		7.423		2.223		5.844	
Pessoal	1	0,03%	6	0,08%	3	0,13%	9	0,15%
Remuneração Direta	1		6		3		9	
Impostos, Taxas e Contribuições	(37)	-1,12%	256	3,45%	56	2,52%	222	3,80%
Federais	(37)		256		56		222	
Remuneração de Capitais de Terceiros - Juros	14	0,42%	36	0,48%	9	0,40%	20	0,34%
Remuneração do Capital Próprio	3.329	100,67%	7.125	95,99%	2.155	96,95%	5.593	95,71%
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	878		1.903		509		1.437	
Lucros Retidos do Período	2.451		5.222		1.646		4.156	

ITAÚSA – INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas
Em 30 de setembro de 2015
(Em milhões de Reais)

NOTA 1 – INFORMAÇÕES GERAIS

A Itaúsa – Investimentos Itaú S.A. (“ITAÚSA”) é uma sociedade anônima de capital aberto, constituída e existente segundo as leis brasileiras e está localizada na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100 Jabaquara, Torre Olavo Setubal, na cidade de São Paulo, Brasil.

A ITAÚSA tem por objeto apoiar as empresas de cujo capital participa, através de estudos, análises e sugestões sobre a política operacional e os projetos de expansão das aludidas empresas, mobilizando recursos para o atendimento das respectivas necessidades adicionais de capital de risco mediante subscrição ou aquisição de valores mobiliários que emitirem, objetivando o fortalecimento da posição no mercado de capitais e atividades correlatas ou subsidiárias de interesse das mencionadas sociedades, excetuadas as privativas de instituições financeiras.

Por intermédio de suas controladas e controladas em conjunto, a ITAÚSA participa dos mercados de serviços financeiros (Itaú Unibanco Holding), painéis de madeira, louças e metais sanitários (Duratex), tecnologia da informação (Itautec) e produtos químicos (Elekeiroz) – conforme demonstrado na Nota 25 “Informações por Segmento”.

A ITAÚSA é uma holding controlada pela família Egydio de Souza Aranha que detém 61,43% das ações ordinárias e 16,94% das ações preferenciais, 34,03% do total.

Estas Demonstrações Contábeis intermediárias, Individuais e Consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração da ITAÚSA – Investimentos Itaú S.A. em 09 de novembro de 2015.

NOTA 2 - POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, estão descritas abaixo.

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas da Itaúsa e suas controladas (ITAÚSA CONSOLIDADO) foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), bem como pelas normas internacionais de relatórios financeiros (International Financial Reporting Standards – IFRS) emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Demonstrações contábeis individuais

As demonstrações contábeis individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo CPC e são apresentadas em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas.

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração no processo da aplicação das políticas contábeis da ITAÚSA e de suas controladas. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e tem maior complexidade, bem como as áreas nas quais as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis consolidadas estão divulgadas na Nota 2.3.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

Todas as referências aos Pronunciamentos do CPC devem ser entendidas também como referências aos correspondentes Pronunciamentos dos IFRS e vice-versa, observando que, em geral, a adoção antecipada de revisões ou novos IFRSs não estão disponíveis no Brasil.

2.2 NOVOS PRONUNCIAMENTOS E ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE PRONUNCIAMENTOS EXISTENTES

a) Pronunciamentos contábeis aplicáveis para o período findo em 30 de Setembro de 2015

- IAS 19 (R1) – Benefícios a empregados – a entidade deve considerar a contribuição dos empregados e de terceiros na contabilização de planos de benefícios definidos. Não há impactos dessa alteração, uma vez que a Itaúsa e suas Controladas já consideram este procedimento.

b) Pronunciamentos contábeis emitidos recentemente e aplicáveis em períodos futuros

Os pronunciamentos a seguir entrarão em vigor para períodos após a data destas Demonstrações Contábeis e não foram adotados antecipadamente:

- IFRS 9 – Instrumentos Financeiros – o pronunciamento visa a substituir o IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 inclui: (a) um modelo lógico para classificação e mensuração; (b) um modelo único de *impairment* para instrumentos financeiros, que oferece uma resposta às perdas esperadas; (c) a remoção da volatilidade em resultado oriunda de risco de crédito próprio; e (d) uma nova abordagem para a contabilidade de hedge. Efetiva para exercícios iniciados em 1º de Janeiro de 2018. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

- IFRS 15 – Receitas de Contratos com Clientes – requer que o reconhecimento de receita seja feito de modo a retratar a transferência de bens ou serviços para o cliente por um montante que reflita a expectativa da empresa de ter em troca os direitos desses bens ou serviços. A IFRS 15 substitui a IAS 18, a IAS 11, bem como interpretações relacionadas (IFRICS 13, 15 e 18). Efetiva para exercícios a se iniciar após 1º de janeiro de 2018 e sua adoção antecipada é permitida pelo IASB. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração serão avaliados até a data de entrada em vigor da norma.
- Alteração da IFRS 11 – Negócios em Conjunto – A alteração estabelece critérios de contabilização para aquisição de empreendimentos controlados em conjunto e operações em conjunto, que constituem um negócio, conforme metodologia estabelecida na IFRS 3 – Combinações de Negócios. Efetiva para exercícios a se iniciar em 1º de janeiro de 2016 e sua adoção antecipada é permitida pelo IASB. Os impactos dessa alteração serão devidos somente se houver alguma aquisição de controle compartilhado.
- Alteração da IAS 16 - Imobilizado e IAS 38 Ativos Intangíveis – A alteração esclarece o princípio base para depreciação e amortização como sendo o padrão esperado de consumo dos benefícios econômicos futuros do ativo. Efetiva para exercícios a se iniciar em 1º de janeiro de 2016 e sua adoção antecipada é permitida pelo IASB. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.
- Alteração da IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e IAS 28 – Investimentos em coligada e empreendimentos controlado em conjunto (*joint venture*) - As alterações referem a uma inconsistência entre as exigências do IFRS 10 e IAS 28 (2011), ao tratar com a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou empreendimentos controlado em conjunto (*joint venture*). Efetiva para exercícios a se iniciar em 1º de janeiro de 2016 e sua adoção antecipada é permitida pelo IASB. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.
- Ciclo Anual de Melhorias (2012-2014) – Anualmente o IASB faz pequenas alterações em uma série de pronunciamentos, com objetivo de esclarecer as normas atuais e evitar dupla interpretação. Nesse ciclo foram revisados o IFRS 1 – Adoção Inicial, IFRS 5 – Ativo Não Circulante Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas, IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações, IAS 34 – Relatório Financeiro Intermediário. Efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2016 e sua adoção antecipada é permitida pelo IASB. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.
- Alteração da IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras: As alterações têm o objetivo de incentivar as empresas a escolher quais informações são suficientemente relevantes para serem divulgadas nas demonstrações contábeis, para isso deve-se considerar qual informação é imaterial. Também é esclarecido que a materialidade se aplica ao conjunto completo de demonstrações contábeis, incluindo suas notas explicativas e que é aplicável a todo e qualquer requerimento de divulgação das normas IFRS. Efetiva para exercícios a se iniciar em 1º de janeiro de 2016 e sua adoção antecipada é permitida pelo IASB. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.
- Alterações na IAS 28, IFRS 10 e na IFRS 12 Aplicando a Exceção à Consolidação: o documento contém orientações de aplicação do conceito de Entidades para Investimento efetivas para exercícios iniciados em 1º de Janeiro de 2016.

2.3 ESTIMATIVAS CONTÁBEIS CRÍTICAS E JULGAMENTOS

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas em conformidade com os CPCs exige que a Administração realize estimativas e utilize premissas que afetam os saldos de ativos e passivos e passivos contingentes divulgados na data das demonstrações contábeis consolidadas, bem como os montantes divulgados de receitas, despesas, ganhos e perdas durante os períodos apresentados e em períodos subsequentes, pois os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas.

Todas as estimativas e as premissas utilizadas pela Administração estão em conformidade com os CPCs e são as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com a norma aplicável. As estimativas e os julgamentos são avaliados em base contínua e consideram a experiência passada e outros fatores.

As demonstrações contábeis consolidadas incluem diversas estimativas e premissas utilizadas. As estimativas contábeis e premissas críticas que apresentam impacto mais significativo nos valores contábeis de ativos e passivos, estão descritas abaixo:

a) Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

Conforme explicado na Nota 2.4I, ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente em relação as diferenças temporárias e créditos e prejuízos fiscais a compensar na medida em que se considera provável que a ITAÚSA e suas controladas irão gerar lucro tributável futuro para sua realização. A realização esperada do crédito tributário da ITAÚSA e de suas controladas é baseada na projeção de receitas futuras e outros estudos técnicos, conforme divulgado na Nota 12. O montante de ativo fiscal diferido em 30/09/2015 era de R\$ 971 (R\$ 744 em 31/12/2014).

b) Valor justo de instrumentos financeiros, incluindo derivativos

O Valor Justo de Instrumentos Financeiros, incluindo Derivativos que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Esse cálculo é baseado em premissas, que levam em consideração o julgamento da administração da ITAÚSA e suas controladas com base em informações e condições de mercado existentes na data do balanço.

A ITAÚSA e suas controladas classificam as mensurações de valor justo usando a hierarquia de valor justo que reflete a significância por relevância dos *inputs* usados no processo de mensuração. Há três níveis referentes à hierarquia de valor justo que estão detalhados na Nota 27.

A ITAÚSA e suas controladas acreditam que todas as metodologias adotadas são apropriadas e consistentes com os participantes do mercado e que independentemente disso, a adoção de outras metodologias ou o uso de pressupostos diferentes para apurar o valor justo pode resultar em estimativas diferentes dos valores justos.

As metodologias usadas para avaliar o valor justo de determinados instrumentos financeiros também são descritas em detalhes na Nota 27.

c) Ativos, Provisões e Passivos contingentes

A ITAÚSA e suas controladas revisam periodicamente suas contingências. Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser razoavelmente estimado.

As contingências classificadas como Perdas Prováveis são reconhecidas no Balanço Patrimonial na rubrica Provisões.

Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores, conforme detalhado na Nota 15.

O valor contábil dessas provisões em 30/09/2015 era de R\$ 730 (R\$ 592 em 31/12/2014).

d) Risco de variação do valor justo dos ativos biológicos

Foram adotadas várias estimativas para avaliar as reservas florestais de acordo com a metodologia estabelecida pelo CPC 29 / IAS 41 – “Ativo biológico e produto agrícola”. Essas estimativas foram baseadas em referências de mercado, as quais estão sujeitas a mudanças de cenário que poderão impactar as informações contábeis consolidadas. Nesse sentido, uma queda de 5% nos preços de mercado da madeira em pé provocaria uma redução do valor justo dos ativos biológicos da ordem de R\$ 45, líquido dos efeitos tributários. Caso a taxa de desconto apresentasse uma elevação de 0,5%, provocaria uma redução no valor justo dos ativos biológicos da ordem de R\$ 10, líquido dos efeitos tributários.

e) Benefícios de planos de previdência

O valor atual dos ativos relacionados a planos de previdência depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre essas premissas usadas na determinação dos valores está a taxa de desconto e condições atuais de mercado. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão os correspondentes valores contábeis.

2.4 RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

a) CONSOLIDAÇÃO

I. Subsidiárias

De acordo com o CPC 36 / IAS 27 – “Demonstrações Consolidadas”, as subsidiárias são entidades nas quais a ITAÚSA possui controle. A ITAÚSA controla uma entidade quando está exposta a, ou possui direitos a, seus retornos variáveis oriundos do envolvimento com a entidade e possui a habilidade de afetar tais retornos.

A tabela a seguir apresenta as entidades sob controle conjunto da ITAÚSA que são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial nestas demonstrações contábeis e as subsidiárias consolidadas integralmente.

	País de constituição	Atividade	Porcentagem do capital em 30/09/2015	Porcentagem do capital em 31/12/2014
Joint Ventures				
IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	Brasil	Holding	66,53%	66,53%
Itaú Unibanco Holding S.A.	Brasil	Holding/Instituição Financeira	37,18%	36,72%
Consolidação Integral				
Duratex S.A.	Brasil	Madeira, Louças e Metais Sanitários	35,53%	35,53%
Elekeiroz S.A.	Brasil	Produtos Químicos	96,49%	96,49%
Itaúsa Empreendimentos S.A.	Brasil	Prestação de Serviços	100,00%	100,00%
Itautec S.A.	Brasil	Tecnologia da Informação	97,80%	97,80%
ITH Zux Cayman Ltd.	Ilhas Cayman	Holding	100,00%	100,00%
RT Diamond Multimercado Crédito Privado Fundo de Investimento	Brasil	Fundo de Investimentos Exclusivo	100,00%	100,00%

II. Combinação de Negócios

A contabilização de combinações de negócios de acordo com o CPC 15 / IFRS 3 – “Combinação de Negócios” somente é aplicável quando um negócio é adquirido. De acordo com o CPC 15, um negócio é definido como um conjunto integrado de atividades e de ativos conduzidos e administrados com o propósito de fornecer retorno aos investidores ou redução de custos ou ainda outros benefícios econômicos. Um negócio geralmente consiste em *inputs*, processos aplicados a tais *inputs* e *outputs*, que são, ou irão ser, usados para gerar renda. Se existe ágio em um conjunto de atividades e ativos transferidos, presume-se que este é um negócio. Para as aquisições que atendem a definição de negócio, a contabilização pelo método da compra é requerida.

O custo de uma aquisição é mensurado como o valor justo dos ativos entregues, instrumentos de patrimônio emitidos e passivos incorridos ou assumidos na data da troca, adicionados os custos diretamente atribuíveis à aquisição. Os ativos adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos identificáveis em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente a valor justo na data de aquisição, independentemente da existência de participação de não controladores. O excesso do custo de aquisição sobre o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos é reconhecido como ágio.

O tratamento do ágio é descrito na Nota 2.4 i. Se o custo de aquisição for menor que o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos, a diferença é reconhecida diretamente no resultado.

Para cada combinação de negócios o adquirente deve mensurar qualquer participação não controladora na adquirida pelo valor justo ou pelo valor proporcional de sua participação nos ativos líquidos da adquirida.

III. Transações junto a acionistas não controladores

O CPC 36 / IAS 27 – “Demonstrações Consolidadas” determina que alterações de participação em uma subsidiária, que não resultam em alteração de controle, são contabilizadas como transações de capital e qualquer diferença entre o valor pago e o valor correspondente aos acionistas não controladores é reconhecida diretamente no patrimônio líquido consolidado.

b) CONVERSÃO DE MOEDAS ESTRANGEIRAS

I. Moeda funcional e moeda de apresentação

As Demonstrações Contábeis Consolidadas da ITAÚSA e suas controladas estão apresentadas em Reais, que é sua moeda funcional e de apresentação destas Demonstrações Contábeis Consolidadas. Para cada investimento detido, a ITAÚSA e suas controladas definiram a moeda funcional.

O CPC 02 / IAS 21 – “Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis” - define moeda funcional como a moeda do ambiente econômico primário no qual a entidade opera. Se os indicadores são mistos e a moeda funcional não é obviamente identificada, a Administração precisa utilizar seu julgamento para determinar a moeda funcional que representa de forma mais realista (ou confiável) os resultados econômicos das operações da entidade, focando a moeda que influencia majoritariamente a precificação de transações. Indicadores adicionais são a moeda de financiamento ou a moeda em que os recursos de financiamento são gerados ou recebidos por meio das atividades operacionais, bem como a natureza das atividades e extensão das transações entre subsidiárias no exterior e outras entidades do grupo consolidado.

Os ativos e passivos de subsidiárias com moeda funcional diferente ao Real são convertidos como segue:

- Ativos e passivos são convertidos pela taxa de câmbio da data do balanço.
- Receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média mensal.
- Ganhos e perdas de conversão são registrados na rubrica Resultado Abrangente Acumulado.

II. Transações em moeda estrangeira

As operações em moedas estrangeiras são convertidas utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado como receita ou despesa financeira.

No caso de mudanças no valor justo de ativos monetários denominados em moeda estrangeira classificados como disponíveis para venda é feita uma distinção entre as diferenças cambiais que resultam de uma mudança no custo amortizado do instrumento e todas as outras mudanças no valor contábil do instrumento. As diferenças cambiais que resultam de uma mudança no custo amortizado do instrumento são reconhecidas no resultado enquanto as diferenças cambiais que resultam de outras mudanças no valor contábil, exceto perda por redução ao valor recuperável são reconhecidas em resultado abrangente acumulado até o desreconhecimento ou redução ao valor recuperável.

c) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A ITAÚSA e suas controladas definem como Caixa e Equivalentes de Caixa as Disponibilidades (que compreendem o caixa e contas correntes em bancos), Aplicações e Ativos Financeiros com prazo original igual ou inferior a 90 dias, conforme demonstrado na Nota 3.

d) ATIVOS FINANCEIROS

I. Classificação

A ITAÚSA e suas controladas classificam seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, dependendo da finalidade para o qual foram adquiridos. As classificações utilizadas são: mensurados ao valor justo por meio do resultado, mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

(a) Ativos financeiros mensurados ao valor Justo Através do Resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação.

Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

(b) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Investimentos mantidos até o vencimento são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos para os quais a entidade tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento, exceto quando designados, no reconhecimento inicial, pelo valor justo através do resultado.

(c) Empréstimos e Recebíveis

São ativos financeiros não derivativos que não são cotados em um mercado ativo e que possuem pagamentos fixos ou determináveis. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os ativos financeiros reconhecidos pela ITAÚSA e suas controladas nessa categoria de instrumentos financeiros são principalmente: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e títulos e valores mobiliários.

(d) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são não derivativos, que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. São apresentados como ativos não circulantes, a menos que a administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do período reportado.

I. Reconhecimento e Mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos. Neste último caso, desde que a ITAÚSA e suas controladas tenham transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda são subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

As variações cambiais de ativos e passivos financeiros não monetários, como os investimentos em ações classificadas como disponíveis para venda, são reconhecidas na conta "Outros Resultados Abrangentes" no patrimônio líquido.

Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda (*impairment*), os ajustes acumulados do valor justo reconhecidos no patrimônio, são incluídos na demonstração do resultado como "Resultado Financeiro".

Os dividendos de ativos financeiros disponíveis para venda, como os investimentos em ações, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas, quando é estabelecido o direito da ITAÚSA e suas controladas de receber dividendos.

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, a ITAÚSA e suas controladas estabelecem o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria companhia e controladas.

II. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial unicamente quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

III. Impairment de ativos financeiros

(i) Ativos mensurados ao custo amortizado

A ITAÚSA e suas controladas avaliam na data de cada período do relatório se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios utilizados para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) o Grupo, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do devedor, estende ao tomador uma concessão que um credor normalmente não consideraria;
- (iv) torna-se provável que o devedor declare falência ou outra reorganização financeira;
- (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- (vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - mudanças adversas na situação do pagamento dos devedores na carteira;
 - condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se uma conta a receber ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a ITAÚSA e suas controladas podem mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

(ii) Ativos Classificados como Disponíveis para Venda

A ITAÚSA e suas controladas avaliam na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado.

No caso de investimentos em títulos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, uma queda relevante ou prolongada no valor justo do título abaixo de seu custo também é uma evidência de que o ativo está deteriorado. Se qualquer evidência desse tipo existir para ativos financeiros disponíveis para venda, o prejuízo cumulativo - medido como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por *impairment* sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente no resultado - será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração do resultado.

Perdas por *impairment* de instrumentos patrimoniais reconhecidas na demonstração do resultado não são revertidas por meio da demonstração do resultado.

e) CLIENTES

São registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos decorrentes das vendas de produtos, acrescidos de variações cambiais, quando aplicável. As contas a receber de clientes referem-se na sua totalidade a operações de curto prazo e assim não são trazidas a valor presente por não representar ajustes relevantes nas demonstrações contábeis. As perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (PDD ou *impairment*) são constituídas com base na análise dos riscos de realização dos créditos em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

As recuperações subsequentes de valores previamente baixados são creditadas contra "Outros resultados operacionais", na demonstração do resultado.

f) ESTOQUES

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método de custo médio de aquisição ou produção. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de matérias-primas, mão de obra direta e outros custos diretos, excluindo os custos de empréstimos, e são reconhecidos no resultado quando os produtos são vendidos. Quando aplicável, é constituída provisão para desvalorização de estoques, obsolescência de produtos e perdas de inventário físico.

As importações em andamento são demonstradas ao custo de cada importação.

O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos as despesas de venda variáveis aplicáveis.

g) INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS E ENTIDADES CONTROLADAS EM CONJUNTO

I. Associadas

De acordo com CPC 18 / IAS 28 – “Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto”, associadas são aquelas empresas nas quais o investidor tem influência significativa, porém não detém o controle. Influência significativa é presumida quando é mantida uma participação no capital votante de 20% a 50%. Os investimentos nessas empresas são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição e avaliados subsequentemente pelo método de equivalência patrimonial. O investimento em empresas não consolidadas inclui o ágio identificado na aquisição líquido de qualquer perda por redução ao valor recuperável acumulada.

II. Entidades Controladas em Conjunto (*Joint Ventures*)

De acordo com o CPC 19 / IAS 31 – “Negócios em Conjunto”, investimentos em negócios em conjunto são classificados como operações em conjunto ou empreendimentos controlados em conjunto (“*Joint Ventures*”).

A classificação depende dos direitos e obrigações contratuais que cada investidor possui ao invés da estrutura legal do negócio em conjunto.

A participação da ITAÚSA e de suas controladas nos lucros ou prejuízos de suas empresas não consolidadas pós-aquisição é reconhecida na Demonstração Consolidada do Resultado. A participação na movimentação em reservas do Patrimônio Líquido de suas empresas não consolidadas é reconhecida em suas reservas correspondentes do Patrimônio Líquido. As movimentações cumulativas pós-aquisição são ajustadas contra o valor contábil do investimento. Quando a participação da ITAÚSA e de suas controladas nas perdas de uma empresa não consolidada for igual ou superior à sua participação em empresas não consolidadas, incluindo quaisquer outros recebíveis, a ITAÚSA e suas controladas não reconhecem perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da empresa não consolidada.

Os ganhos não realizados das operações entre a ITAÚSA e suas controladas e suas empresas não consolidadas são eliminados na proporção da participação da ITAÚSA e suas controladas. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda por redução ao valor recuperável do ativo transferido. As políticas contábeis das empresas não consolidadas foram alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela ITAÚSA e suas controladas.

Se a participação acionária na empresa não consolidada for reduzida, mas a ITAÚSA e suas controladas mantiverem influência significativa ou controle compartilhado, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros Resultados Abrangentes será reclassificada no resultado, quando apropriado.

Os ganhos e as perdas de diluição ocorridos em participações em empresas não consolidadas, são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado, na rubrica “Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto”.

h) IMOBILIZADO

De acordo com o CPC 27 / IAS 16 – “Ativo Imobilizado”, o imobilizado é contabilizado pelo seu custo de aquisição menos depreciação acumulada, que é calculada pelo método linear com a utilização de taxas baseadas na vida útil estimada desses ativos. Tais taxas são apresentadas na Nota 9.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada período.

A ITAÚSA e suas controladas avaliam os ativos a fim de identificar indicações de redução em seus valores recuperáveis. Se tais indicações forem identificadas, os ativos imobilizados são testados a fim de avaliar se seus valores contábeis são plenamente recuperáveis. De acordo com o CPC 01 / IAS 36 – “Redução ao Valor Recuperável de Ativos”, perdas por reduções ao valor recuperável são reconhecidas pelo montante no qual o valor contábil do ativo (ou grupo de ativos) excede seu valor recuperável e são contabilizadas na Demonstração Consolidada do Resultado. O valor recuperável do ativo é definido como o maior valor entre o valor justo menos seu custo de venda e o valor em uso. Para fins de avaliar eventual redução no valor recuperável, os ativos são agrupados ao nível mínimo para o qual podem ser identificados fluxos de caixa independentes (unidades geradoras de caixa). A avaliação pode ser feita ao nível de um ativo individual quando o valor justo menos seu custo de venda pode ser determinado de forma confiável.

Os ganhos e perdas na alienação de ativos imobilizados são registrados na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica “Outros Resultados Operacionais”.

i) ATIVO INTANGÍVEL - ÁGIO

De acordo com o CPC 15 / IFRS 3 – “Combinação de Negócios”, ágio é o excesso entre o custo de uma aquisição e o valor justo da participação do comprador nos ativos e passivos identificáveis da entidade adquirida na data de aquisição. O ágio não é amortizado, mas seu valor recuperável é avaliado anualmente ou quando exista indicação de uma situação de perda por redução ao valor recuperável, com a utilização de uma abordagem que envolve a identificação das unidades geradoras de caixa e a estimativa de seu valor justo menos seu custo de venda e/ou seu valor em uso.

Conforme definido no CPC 01 / IAS 36 - “Redução ao Valor Recuperável de Ativos”, uma unidade geradora de caixa é o menor agrupamento de ativos capazes de gerar fluxos de caixas independentemente das entradas de caixa atribuídas a outros ativos e outros grupos de ativos. O ágio é alocado para as unidades geradoras de fluxo de caixa para propósito do teste do valor recuperável. A alocação é efetuada para aquelas unidades geradoras de caixa em que são esperados benefícios em decorrência da combinação de negócio.

O CPC 01 / IAS 36 determina que uma perda por redução ao valor recuperável deve ser reconhecida para a unidade geradora de caixa se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que seu valor contábil. A perda deve ser alocada para reduzir, primeiramente o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade geradora de caixa e, em seguida, dos outros ativos da unidade em uma base pro-rata do valor contábil de cada ativo. A perda não pode reduzir o valor contábil de um ativo abaixo do maior valor entre o valor justo menos os custos de venda e seu valor em uso. A perda por redução ao valor recuperável do ágio não pode ser revertida.

Os ágios das empresas não consolidadas são apresentados como parte do investimento no Balanço Patrimonial consolidado na rubrica Investimentos em associadas e entidades controladas em conjunto e a análise do valor recuperável é realizada em relação ao saldo total dos investimentos (incluindo o ágio).

j) ATIVO INTANGÍVEL – OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis compreendem bens incorpóreos, incluem softwares e outros ativos e são reconhecidos inicialmente ao custo. Os ativos intangíveis são reconhecidos quando provem de direitos legais ou contratuais, seu custo pode ser mensurável confiavelmente e, no caso de intangíveis não oriundos de aquisições separadas ou combinações de negócios, é provável que existam benefícios econômicos futuros oriundo do seu uso. O saldo de ativos intangíveis refere-se a ativos adquiridos ou produzidos internamente.

Os ativos intangíveis podem ser de vida útil definida ou indefinida. Os ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados de forma linear pelo prazo de sua vida útil estimada. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas testados anualmente para identificar eventuais perdas por redução ao valor recuperável.

A ITAÚSA e suas controladas avaliam, no mínimo anualmente, seus ativos intangíveis a fim de identificar indicações de redução em seus valores recuperáveis, bem como uma possível reversão nas perdas por redução de valores recuperáveis. Se tais indicações forem identificadas, os ativos intangíveis são testados a fim de avaliar se seus valores contábeis são plenamente recuperáveis. De acordo com o CPC 01 / IAS 36, perdas por reduções ao valor recuperável são reconhecidas pelo montante no qual o valor contábil do ativo (ou grupos de ativos) excede seu valor recuperável e são contabilizadas na Demonstração Consolidada do Resultado. O valor recuperável do ativo é definido como o maior valor entre o valor justo menos seu custo de venda e o valor em uso. Para fins de avaliar eventual redução no valor recuperável os ativos são grupados ao nível mínimo para o qual podem ser identificados fluxos de caixa (unidades geradoras de caixa). A avaliação pode ser feita ao nível de um ativo individual quando o valor justo menos seu custo de venda pode ser determinado de forma confiável.

Conforme previsto pelo CPC 04 / IAS 38 – “Ativo Intangível”, a ITAÚSA e suas controladas elegeram o modelo de custo para mensurar seus ativos intangíveis após seu reconhecimento inicial.

k) ATIVOS BIOLÓGICOS

As reservas florestais são reconhecidas ao seu valor justo, deduzidos dos custos estimados de venda no momento da colheita conforme Nota 11. Para plantações imaturas (até um ano de vida), considera-se que o seu custo se aproxima ao seu valor justo. Os ganhos ou perdas surgidos do reconhecimento de um ativo biológico ao valor justo, menos os custos de venda, são reconhecidos na demonstração de resultado. A exaustão apropriada na demonstração do resultado é formada pela parcela do custo de formação e da parcela referente ao diferencial do valor justo.

l) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Existem dois componentes na provisão para imposto de renda e contribuição social: corrente e diferido.

O componente corrente aproxima-se dos impostos a serem pagos ou recuperados no período aplicável. O ativo corrente e o passivo corrente são registrados no Balanço Patrimonial nas rubricas Ativos Fiscais – Imposto de Renda e Contribuição Social a Compensar e Obrigações Fiscais – Imposto Renda e Contribuição Social Correntes.

O componente diferido representado pelos créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas é obtido pelas diferenças entre as bases de cálculo contábil e tributárias dos ativos e passivos no final de cada exercício. Os créditos tributários, incluindo os decorrentes de prejuízos fiscais, somente são reconhecidos quando é provável que lucros tributáveis futuros estarão à disposição para sua compensação. Os créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas são reconhecidos no Balanço Patrimonial na rubrica Ativos fiscais – Imposto de renda e Contribuição Social Diferidos e Obrigações Fiscais – Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos, respectivamente.

A despesa de imposto de renda e contribuição social é reconhecida na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Imposto de Renda e Contribuição Social, exceto quando se refere a itens reconhecidos diretamente no Resultado abrangente acumulado, tal como: o imposto diferido sobre a mensuração ao valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda e o imposto sobre hedges de fluxo de caixa. Os impostos diferidos destes itens são inicialmente reconhecidos no Resultado abrangente acumulado e posteriormente reconhecidos no resultado conjuntamente com o reconhecimento do ganho/perda originalmente diferido.

Alterações na legislação fiscal e nas alíquotas tributárias são reconhecidas na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Imposto de Renda e Contribuição Social no período em que entram em vigor. Os juros e multas são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica de Despesas Gerais e Administrativas. O imposto de renda e a contribuição social são calculados às alíquotas abaixo apresentadas e consideram, para efeito de cálculo as respectivas bases, a legislação vigente pertinente a cada encargo, que no caso das operações no Brasil são iguais para todos os períodos apresentados:

Imposto de Renda	15%
Adicional de Imposto de Renda	10%
Contribuição Social	9%

Em 14 de maio de 2014 foi publicada a Lei nº 12.973 que alterou a legislação tributária federal sobre IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. Dentre outros assuntos, a referida Lei, dispõe sobre:

- a revogação do Regime Tributário de Transição – RTT, instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009;
- a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas e de lucros auferidos por pessoa física residente no Brasil por intermédio de pessoa jurídica controlada no exterior.

A referida lei não acarretou efeitos contábeis relevantes nas demonstrações contábeis consolidadas da ITAÚSA.

Para determinar o nível adequado de provisões para impostos a serem mantidas para posições tributárias incertas é usada uma abordagem de duas etapas segundo a qual um benefício fiscal é reconhecido se uma posição tiver mais probabilidade de ser sustentada do que de não o ser. O montante do benefício é então mensurado para ser o maior benefício fiscal que tenha mais de 50% de probabilidade de ser realizado.

m) BENEFÍCIOS A FUNCIONÁRIOS

Planos de pensão - contribuição definida

A ITAÚSA e suas controladas oferecem Plano de Contribuição Definida a todos os colaboradores, administrados pela Fundação Itaúsa Industrial. O regulamento do plano prevê a contribuição das patrocinadoras entre 50% e 100% do montante aportado pelos colaboradores. A ITAÚSA e suas controladas já ofereceram Plano de Benefício Definido a seus colaboradores, mas esse plano está em extinção com acesso vedado a novos participantes.

Em relação ao Plano de Contribuição Definida, não há obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que essas contribuições levarem a uma redução efetiva dos pagamentos futuros.

n) PLANO DE OUTORGA DE OPÇÕES DE AÇÕES

Os planos de outorga de ações são contabilizados de acordo com o CPC 10 / IFRS 2 – “Pagamento baseado em ações” que determina que a entidade calcule o valor dos instrumentos patrimoniais outorgados com base no valor justo dos mesmos na data da outorga das opções. Esse custo é reconhecido durante o período de carência para aquisição do direito de exercício dos instrumentos.

O montante total a ser lançado como despesa é determinado pelo valor justo das opções outorgadas excluindo o impacto de qualquer prestação de serviços e condições de carência para performance que não de mercado (especialmente empregados que permaneçam na entidade durante um período de tempo específico). O cumprimento de condições de carência que não de mercado estão incluídos nos pressupostos referentes ao número de opções que se espera que sejam exercidas. No final de cada período, a entidade revisa suas estimativas sobre o número de opções que se espera que sejam exercidas baseados nas condições de carência que não de mercado. É reconhecido o impacto da revisão de estimativas originais, se for o caso, na demonstração do resultado, com um ajuste correspondente no Patrimônio Líquido.

Quando as opções são exercidas, as controladas geralmente entregam ações em tesouraria para os beneficiários.

O valor justo das opções de ações é estimado utilizando-se modelos de precificação de opções que levam em conta o preço de exercício da opção, a cotação atual, a taxa de juros livre de risco e a volatilidade esperada do preço da ação sobre a vida da opção.

Todos os planos para outorga de opções de ações estabelecidos pelas controladas correspondem a planos que podem ser liquidados exclusivamente com a entrega de ações – Nota 17.

o) EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis"), utilizando o método a taxa de juros efetiva, exceto aqueles que têm instrumentos derivativos de proteção, os quais serão avaliados ao seu valor justo.

Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos.

p) CAPITAL SOCIAL E AÇÕES EM TESOURARIA

Capital Social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquido de impostos.

Ações em Tesouraria

As ações preferenciais e ordinárias recompradas são registradas no Patrimônio Líquido em Ações em tesouraria pelo seu preço médio de aquisição.

As ações em tesouraria que venham a ser vendidas posteriormente, por exemplo, as vendidas aos beneficiários do Plano de Outorga de Opções de Ações, são registradas como uma redução das ações em tesouraria pelo preço médio das ações mantidas em tesouraria naquela data.

A diferença entre o preço de venda e o preço médio das ações em tesouraria é contabilizada como uma redução ou um aumento em Reservas Integralizadas. O cancelamento de ações mantidas em tesouraria é contabilizado como uma redução nas ações em tesouraria contra Reservas integralizadas, pelo preço médio das ações em tesouraria na data do cancelamento.

q) DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido de cada ano com pagamentos trimestrais, ajustado de acordo com a legislação vigente. Os valores de dividendo mínimo estabelecido no estatuto social são contabilizados como passivo no final de cada trimestre. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido como passivo quando aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral. Desde 1º de janeiro de 1996, as empresas brasileiras têm a permissão para atribuir uma despesa nominal de juros, dedutível para fins fiscais, sobre seu capital próprio.

Os juros sobre o capital próprio são tratados, para fins contábeis, como dividendos e são apresentados nas Demonstrações Contábeis Consolidadas como uma redução do patrimônio líquido. O benefício fiscal relacionado é registrado na Demonstração Consolidada do Resultado.

r) LUCRO POR AÇÃO

O lucro por ação é calculado pela divisão do lucro líquido atribuído aos controladores da ITAÚSA pela média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação em cada exercício. A média ponderada do número de ações é calculada com base nos períodos nos quais as ações estavam em circulação.

O lucro por ação é apresentado com base nas duas classes de ações emitidas pela ITAÚSA. Ambas as classes, ordinárias e preferenciais, participam nos dividendos praticamente na mesma base, exceto pelo fato de as ações preferenciais terem direito à prioridade no recebimento de um dividendo mínimo anual, não cumulativo, de R\$ 0,01 por ação. O lucro por ação é calculado com base nos lucros distribuídos (dividendos e juros sobre o capital próprio) e não distribuídos da ITAÚSA após o reconhecimento do efeito da preferência acima indicada, independentemente de os lucros serem ou não totalmente distribuídos. O montante do lucro por ação foi determinado como se todos os lucros fossem distribuídos e calculados de acordo com os requerimentos do CPC 41 / IAS 33 – “Resultado por Ação”.

s) RECEITAS

Vendas de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa quanto à sua realização.

t) INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

O CPC 22 / IFRS 8 – “Informações por segmento” determina que os segmentos operacionais sejam divulgados de maneira consistente com as informações fornecidas ao tomador de decisões operacionais, que é a pessoa ou grupo de pessoas que aloca os recursos aos segmentos e que avalia sua performance. A ITAÚSA considera que seu Comitê Executivo é o tomador de decisões operacionais.

A ITAÚSA possui os seguintes segmentos de negócios: área de serviços financeiros e área industrial subdividida em Duratex, Itautec e Elekeiroz.

As Informações por Segmento estão apresentadas na Nota 25.

NOTA 3 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Para os fins da demonstração consolidada de fluxos de caixa, o valor de Caixa e Equivalentes de Caixa é composto pelos seguintes itens (montantes com prazos originais de vencimento igual ou inferior a 90 dias):

	30/09/2015	31/12/2014
Disponibilidades	70	43
Aplicações em Renda Fixa e Fundos de Investimentos	342	135
Certificado de Depósitos Bancários	898	1.074
Operações Compromissadas	808	640
Letra Financeira do Tesouro	-	5
Total	2.118	1.897

NOTA 4 - ATIVOS FINANCEIROS MANTIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

	30/09/2015	31/12/2014
Letra Financeira Subordinada	59	61
Letra Financeira do Tesouro	215	229
Total	274	290

NOTA 5 - CLIENTES

Contas a receber	30/09/2015	31/12/2014
Clientes no país	1.018	957
Clientes no exterior	161	101
Partes Relacionadas	48	54
<i>Impairment</i>	(55)	(43)
Total	1.172	1.069

A seguir, são demonstrados os saldos de contas a receber por idade de vencimento:

Vencimentos	30/09/2015	31/12/2014
A vencer	1.110	1.003
Vencidos até 30 dias	24	31
Vencidos de 31 a 60 dias	7	4
Vencidos de 61 a 90 dias	4	2
Vencidos de 91 a 180 dias	7	7
Vencidos há mais de 180 dias	75	65
Total	1.227	1.112

Apresentamos a seguir a movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa para o período findo em 30 de setembro de 2015.

	30/09/2015	31/12/2014
Saldo Inicial	(43)	(38)
Constituição	(12)	(17)
Reversão	2	3
Baixa de títulos	2	9
Aquisição DuchaCorona	(4)	-
Saldo Final	(55)	(43)

NOTA 6 - OUTROS ATIVOS E OUTROS PASSIVOS**a) Outros Ativos**

	30/09/2015	31/12/2014
Outros Ativos Financeiros	970	1.080
Depósitos Judiciais em Garantia de Contingências	89	149
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio a Receber	574	607
Valores a Receber da Venda de Imobilizado	20	21
Ativos de Planos de Aposentadoria (Nota 24)	142	164
Créditos com Precatório	87	87
Retenção de Valores na Aquisição de Empresas	17	26
Outros Valores a Receber	41	26
Outros Ativos Não Financeiros	20	30
Despesas Antecipadas	8	20
Outros	12	10

b) Outros Passivos

	30/09/2015	31/12/2014
Fornecedores	220	213
Provisão de Pessoal	195	163
Sociedade em Conta de Participação (*)	103	108
Adiantamento de Clientes	31	7
Aquisição de Empresas	61	34
Rendas Antecipadas	10	7
Fretes e Seguros a Pagar	19	16
Comissões a Pagar	9	9
Aquisição Áreas Reflorestamento e Ativo imobilizado	10	12
Provisões para Garantias e Reestruturação	17	33
Outras Contas a Pagar	84	81
Total	759	683

(*) Valor da participação dos sócios terceiros em projetos de reflorestamento, onde a Duratex, através de sua controlada Duratex Florestal, contribuiu com ativos florestais, basicamente florestas e os sócios investidores contribuíram com recursos em espécie.

NOTA 7 - ESTOQUES

	30/09/2015	31/12/2014
Matéria-Prima, auxiliares e embalagens	359	327
Produtos Acabados	349	302
Produtos em elaboração	114	105
Almoxarifado Geral	103	101
Adiantamento a Fornecedores	3	9
Provisão para perdas nos estoques	(6)	(13)
Total	922	831

O custo dos estoques reconhecido no resultado é incluído em "Custo dos Produtos e Serviços" totalizou em 30 de setembro de 2015 R\$ 2.799 (R\$ 2.766 em 30 de setembro de 2014).

Em 30 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 as controladas da ITAÚSA não possuíam estoques dados em garantia.

NOTA 8 - INVESTIMENTOS

I) ITAÚSA

a) Participações em Subsidiárias e Entidades Controladas em Conjunto

Empresas	Capital	Patrimônio Líquido	Resultado Líquido 01/01 a 30/09/2015	Nº de ações de propriedade da ITAÚSA		Participação no Capital Social	Participação no Capital Votante
				Ordinárias	Preferenciais		
Entidades Controladas em Conjunto							
Itaú Unibanco Holding S.A.	85.148	109.743	20.720	1.178.125.199	102.620	⁽¹⁾ 37,18%	⁽²⁾ 64,16%
IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	12.430	27.474	3.481	355.227.092	350.942.273	66,53%	50,00%
Subsidiárias							
Duratex S.A.	1.868	4.673	132	235.621.037	-	35,53%	35,53%
Elekeiroz S.A.	322	466	-	14.261.761	16.117.360	96,49%	98,23%
Itautec S.A.	272	85	(24)	10.953.371	-	97,80%	97,80%
Itaúsa Empreendimentos S.A.	62	304	(2)	2.186.700	-	100,00%	100,00%
ITH Zux Cayman company Ltd.	55	2	-	12.200.000	-	100,00%	100,00%

(1) Inclui participação direta no Itaú Unibanco Holding S.A. de 19,8% e indireta de 17,38%, através do investimento na Controlada em Conjunto IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A., que detêm 26,12% de participação direta no Itaú Unibanco Holding S.A.

(2) Inclui participação direta nas ações ordinárias do Itaú Unibanco Holding S.A. de 38,66% e indireta de 25,5%, através do investimento na Controlada em Conjunto IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A., que detêm 51% de participação direta nas ações ordinárias do Itaú Unibanco Holding S.A.

b) Movimentação dos Investimentos em Subsidiárias e Entidades Controladas em Conjunto

Empresas	Saldo em 31/12/2013	Aquisição de Investimentos	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio ⁽¹⁾	Resultado de Participação	Outros Resultados Abrangentes	Outros Ajustes no Patrimônio Líquido	Saldo em 30/09/2014	Valor de Mercado ⁽²⁾
Entidades Controladas em Conjunto	30.002	-	(2.111)	5.606	256	(122)	33.631	68.395
Itaú Unibanco Holding S.A.	16.490	-	(2.009)	3.846	136	(65)	18.398	68.395
IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	13.512	-	(102)	1.760	120	(57)	15.233	-
Subsidiárias	2.179	-	(53)	176	-	2	2.304	2.579
Duratex S.A.	1.542	-	(47)	106	-	2	1.603	2.116
Elekeiroz S.A.	486	-	(6)	(11)	-	-	469	249
Itautec S.A.	46	-	-	79	-	-	125	214
Itaúsa Empreendimentos S.A.	104	-	-	2	-	-	106	-
ITH Zux Cayman Company Ltd.	1	-	-	-	-	-	1	-
Total Geral	32.181	-	(2.164)	5.782	256	(120)	35.935	70.974

Empresas	Saldo em 31/12/2014	Aquisição de Investimentos ⁽³⁾	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio ⁽¹⁾	Resultado de Participação	Outros Resultados Abrangentes	Outros Ajustes no Patrimônio Líquido	Saldo em 30/09/2015	Valor de Mercado ⁽²⁾
Entidades Controladas em Conjunto	35.766	-	(2.693)	7.300	(115)	(164)	40.094	57.980
Itaú Unibanco Holding S.A.	19.520	-	(2.541)	4.984	(61)	(87)	21.815	57.980
IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	16.246	-	(152)	2.316	(54)	(77)	18.279	-
Subsidiárias	2.269	200	(27)	22	25	2	2.491	1.718
Duratex S.A.	1.607	-	(27)	47	25	2	1.654	1.360
Elekeiroz S.A.	449	-	-	-	-	-	449	216
Itautec S.A.	106	-	-	(24)	-	-	82	142
Itaúsa Empreendimentos S.A.	106	200	-	(2)	-	-	304	-
ITH Zux Cayman Company Ltd.	1	-	-	1	-	-	2	-
Total Geral	38.035	200	(2.720)	7.322	(90)	(162)	42.585	59.698

(1) Os dividendos e juros sobre capital próprio a receber estão registrados em Outros Ativos Financeiros.

(2) Valor justo dos investimentos em controladas e entidades controladas em conjunto com base nas cotações de ações das empresas. No Itaú Unibanco Holding considera-se participação indireta via IUPAR.

(3) Aumento de capital mediante emissão, pela Itaúsa Empreendimentos S.A., de 1.434.511 ações ordinárias, conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 13/07/2015.

II - ITAÚSA CONSOLIDADO

a) Composição dos Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto

	% de participação em 31/12/2014		31/12/2014			01/01 a 30/09/2014	
	Total	Votante	Patrimônio Líquido	Investimento	Valor de Mercado	Resultado Líquido	Resultado de Participações
Itaú Unibanco Holding	36,72	64,16	99.260	19.520	69.823	15.210	3.846
IUPAR - Itaú Unibanco Participações	66,53	50,00	24.418	16.246	-	2.646	1.760
OKI Brasil	-	-	-	40	-	-	(16)
Outros	-	-	-	(8)	-	-	(3)
Total				35.798			5.587

	% de participação em 30/09/2015		30/09/2015			01/01 a 30/09/2015	
	Total	Votante	Patrimônio Líquido	Investimento	Valor de Mercado	Resultado Líquido	Resultado de Participações
Itaú Unibanco Holding	37,18	64,16	109.743	21.815	57.980	20.720	4.984
IUPAR - Itaú Unibanco Participações	66,53	50,00	27.474	18.279	-	3.481	2.316
Outros	-	-	-	(8)	-	-	1
Total				40.086			7.301

b) Outras informações

A tabela abaixo apresenta o resumo das informações das investidas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial.

Ativos e Passivos ^(*)	30/09/2015	31/12/2014
Ativos	1.241.936	1.127.206
Caixa e Equivalente de Caixa	88.375	125.318
Ativos Financeiros	612.490	501.590
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	452.040	430.039
Ativos Fiscais	54.116	35.246
Demais Ativos	34.915	35.013
Passivos	1.130.320	1.026.586
Depósitos	300.729	294.773
Captações no Mercado Aberto	302.454	288.683
Outros Passivos Financeiros	348.542	288.200
Provisão de Seguros e Previdência Privada	123.252	109.778
Provisões Cíveis, Trabalhistas, Fiscais e Previdenciárias	18.654	17.027
Demais Passivos	36.689	28.125

(*) Representado substancialmente pelo Itaú Unibanco Holding.

Outras Informações Financeiras - Itaú Unibanco Holding	01/01 a 30/09/2015	01/01 a 30/09/2014
Receita de Juros e Rendimentos	109.180	87.411
Despesa de Juros e Rendimentos	(53.087)	(51.116)
Lucro Líquido Antes dos Impostos	10.669	21.336
Imposto de Renda e Contribuição Social ^(*)	10.346	(5.908)
Lucro Líquido	21.015	15.428
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores	20.720	15.210
Outros Resultados Abrangentes	(311)	697
Resultado Abrangente	20.409	15.907

(*) Considerando os efeitos temporários trazidos pela Lei 13.169/15, que elevou a alíquota da CSLL para 20%, os créditos tributários foram contabilizados com base na expectativa de sua realização. O efeito no resultado foi de R\$ 3.988.

Conciliação dos Investimentos Controlados em Conjunto	Itaú Unibanco Holding		IUPAR		Total	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Patrimônio Líquido em 01/01/2015 e 01/01/2014	99.260	83.223	24.418	18.369	-	-
Lucro Líquido	20.720	15.210	3.481	4.019	-	-
Outros Resultados Abrangentes	(311)	697	(81)	279	-	-
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	(7.311)	(6.994)	(229)	(161)	-	-
Reorganizações Societárias	(474)	(639)	-	-	-	-
Outras Movimentações no Patrimônio Líquido	(2.141)	7.763	(115)	1.912	-	-
Patrimônio Líquido em 30/09/2015 e 31/12/2014	109.743	99.260	27.474	24.418	-	-
Participação Societária	19,80%	19,56%	66,53%	66,53%	-	-
	21.732	19.413	18.279	16.246	40.011	35.659
Resultado Não Realizado	(13)	(14)	-	-	(13)	(14)
Valor Justo Ativos/Passivos Identificáveis (Nota 23 a)	96	121	-	-	96	121
Total	21.815	19.520	18.279	16.246	40.094	35.766

NOTA 9 – IMOBILIZADO

Ativos Imobilizados	Terrenos	Construções e Benfeitorias	Máquinas, Equipamentos e Instalações	Móveis e Utensílios	Veículos	Imobilizações em Andamento	Outros Ativos	Total
Saldo em 31/12/2013								
Custo	686	983	3.729	46	52	407	136	6.039
Depreciação Acumulada	-	(386)	(1.650)	(31)	(45)	-	(95)	(2.207)
Saldo Contábil, líquido	686	597	2.079	15	7	407	41	3.832
Movimentações de 01/01 a 30/09/2014								
Aquisições	84	104	212	4	3	172	(1)	578
Baixas	(45)	(2)	(5)	-	-	-	-	(52)
Depreciação	-	(29)	(207)	(2)	(3)	-	(7)	(248)
Outros	5	46	191	1	1	(244)	14	14
Saldo em 30/09/2014								
Custo	730	1.106	4.122	51	54	335	142	6.540
Depreciação Acumulada	-	(390)	(1.852)	(33)	(46)	-	(95)	(2.416)
Saldo Contábil, líquido	730	716	2.270	18	8	335	47	4.124
<i>Taxas Médias Anuais de Depreciação</i>	-	4%	5% a 20%	10%	10%	-	4% a 20%	
Saldo em 31/12/2014								
Custo	727	1.114	4.169	52	56	318	145	6.581
Depreciação Acumulada	-	(398)	(1.920)	(34)	(46)	-	(98)	(2.496)
Saldo Contábil, líquido	727	716	2.249	18	10	318	47	4.085
Movimentações de 01/01 a 30/09/2015								
Aquisições	13	8	42	4	1	197	13	278
Baixas	(1)	(1)	(1)	-	-	(1)	-	(4)
Depreciação	-	(30)	(220)	(2)	(2)	-	(10)	(264)
Transferências	3	16	264	-	-	(300)	17	-
Outros	40	20	58	2	-	-	-	120
Saldo em 30/09/2015								
Custo	782	1.158	4.534	58	58	214	170	6.974
Depreciação Acumulada	-	(429)	(2.142)	(36)	(49)	-	(103)	(2.759)
Saldo Contábil, líquido	782	729	2.392	22	9	214	67	4.215
<i>Taxas Médias Anuais de Depreciação</i>	-	4%	5% a 20%	10%	10%	-	4% a 20%	

NOTA 10 – ATIVOS INTANGÍVEIS

Ativos Intangíveis	Software	Marcas e Patentes	Ágio por Rentabilidade Futura	Carteira de Clientes	Total
Saldo em 31/12/2013					
Custo	59	15	714	396	1.184
Amortização Acumulada	(38)	(1)	-	(105)	(144)
Saldo Contábil, líquido	21	14	714	291	1.040
Movimentações de 01/01 a 30/09/2014					
Aquisições	11	1	-	-	12
Amortização	(9)	-	-	(21)	(30)
Outros	-	(1)	1	16	16
Saldo em 30/09/2014					
Custo	69	15	715	412	1.211
Amortização Acumulada	(46)	(1)	-	(126)	(173)
Saldo Contábil, líquido	23	14	715	286	1.038
<i>Taxas Médias Anuais de Amortização</i>	20%	-	-	6,67%	
Saldo em 31/12/2014					
Custo	73	12	714	412	1.211
Amortização Acumulada	(48)	(1)	-	(133)	(182)
Saldo Contábil, líquido	25	11	714	279	1.029
Movimentações de 01/01 a 30/09/2015					
Aquisições	10	1	-	-	11
Amortização	(5)	(1)	-	(21)	(27)
Outros	1	13	12	2	28
Saldo em 30/09/2015					
Custo	85	26	726	413	1.250
Amortização Acumulada	(54)	(2)	-	(153)	(209)
Saldo Contábil, líquido	31	24	726	260	1.041
<i>Taxas Médias Anuais de Amortização</i>	20%	-	-	6,67%	

NOTA 11 – ATIVOS BIOLÓGICOS (Reservas Florestais)

A ITAÚSA CONSOLIDADO detém através de suas controladas indiretas Duratex Florestal Ltda. e Tablemac S.A., reservas florestais de eucalipto e de pinus e que são utilizadas preponderantemente como matéria prima na produção de painéis de madeira, pisos e componentes, e complementarmente para venda a terceiros.

As reservas funcionam como garantia de suprimento das fábricas, bem como na proteção de riscos quanto a futuros aumentos no preço da madeira. Trata-se de uma operação sustentável e integrada aos seus complexos industriais, que aliada a uma rede de abastecimento, proporciona elevado grau de autossuficiência no suprimento de madeira.

Em 30 de setembro de 2015, a Duratex Florestal Ltda. e a Tablemac S.A., possuíam aproximadamente 169,5 mil hectares em áreas de efetivo plantio (164,6 mil hectares em 31/12/2014) que são cultivadas nos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul e na Colômbia.

a) Estimativa do Valor Justo

O valor justo é determinado em função da estimativa de volume de madeira em ponto de colheita, aos preços atuais da madeira em pé, exceto para (i) florestas com até um ano de vida que são mantidas a custo, em decorrência do julgamento que esses valores se aproximam de seu valor justo; e (ii) florestas em formação onde utiliza-se o método de fluxo de caixa descontado.

Os ativos biológicos estão mensurados ao seu valor justo, deduzidos os custos de venda no momento da colheita.

O valor justo foi determinado pela valoração dos volumes previstos em ponto de colheita pelos preços atuais de mercado em função das estimativas de volumes. As premissas utilizadas foram:

- i. Fluxo de caixa descontado – volume de madeira previsto em ponto de colheita, considerando os preços de mercado atuais, líquidos dos custos de plantio a realizar e dos custos de capital das terras utilizadas no plantio (trazidos a valor presente) pela taxa de desconto de 10,1% a.a. em 30 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014.
- ii. Preços – são obtidos preços em R\$/metro cúbico através de pesquisas de preço de mercado, divulgados por empresas especializadas em regiões e produtos similares aos da Duratex, além dos preços praticados em operações com terceiros, também em mercados ativos.
- iii. Diferenciação - os volumes de colheita foram segregados e valorados conforme espécie (a) pinus e eucalipto, (b) região, (c) destinação: serraria e processo.
- iv. Volumes – estimativa dos volumes a serem colhidos (6º ano para o eucalipto e 12º ano para o pinus), com base na produtividade média projetada para cada região e espécie. A produtividade média poderá variar em função de idade, rotação, condições climáticas, qualidade das mudas, incêndios e outros riscos naturais. Para as florestas formadas utilizam-se os volumes atuais de madeira. São realizados inventários rotativos a partir do segundo ano de vida das florestas e seus efeitos incorporados nas demonstrações contábeis.
- v. Periodicidade – as expectativas em relação ao preço e volumes futuros da madeira são revistos no mínimo trimestralmente ou na medida em que são concluídos os inventários rotativos.

b) Composição dos Saldos

O saldo dos ativos biológicos são compostos pelo custo de formação das florestas e do diferencial do valor justo sobre o custo de formação, conforme demonstrado abaixo:

	30/09/2015	31/12/2014
Custo de Formação dos Ativos Biológicos	872	785
Diferencial entre o Custo e o Valor Justo	556	570
Valor Justo dos Ativos Biológicos	1.428	1.355

As florestas estão desoneradas de qualquer ônus ou garantias a terceiros, inclusive instituições financeiras. Além disso, não existem florestas cuja titularidade legal seja restrita.

c) Movimentação

A movimentação dos saldos contábeis no início e no final do período é a seguinte:

	30/09/2015	31/12/2014
Saldo inicial	1.355	1.126
Variação do Valor Justo		
Preço Volume	103	221
Exaustão	(116)	(181)
Variação do Valor Histórico		
Formação	160	292
Exaustão	(74)	(103)
Saldo final	1.428	1.355

	30/09/2015	31/12/2014
Efeitos no resultado do valor justo do ativo biológico	(13)	40
Variação do Valor Justo	103	221
Exaustão do Valor Justo	(116)	(181)

NOTA 12 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A ITAÚSA e cada uma de suas subsidiárias apuram separadamente, em cada exercício, o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido.

a) Composição das Despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social

Os montantes registrados como despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social nas demonstrações contábeis consolidadas são reconciliados com as alíquotas legais, como segue:

Imposto de Renda e Contribuição Social	01/07 a 30/09/2015	01/01 a 30/09/2015	01/07 a 30/09/2014	01/01 a 30/09/2014
Lucro Líquido Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	3.290	7.249	2.261	5.886
Encargos (Imposto de Renda e Contribuição Social) às Alíquotas Vigentes	(1.119)	(2.465)	(768)	(2.001)
Acréscimos/Decréscimos aos Encargos de Imposto de Renda e Contribuição Social Decorrentes de:				
(Inclusões) Exclusões	1.179	2.431	715	1.901
Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido de Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	1.105	2.482	741	1.900
Resultado de Investimentos no Exterior	(1)	(1)	9	14
Juros Sobre o Capital Próprio	70	80	(53)	(16)
Reversão de Crédito Fiscal Diferido	-	(142)	-	-
Outras	5	12	18	3
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	60	(34)	(53)	(100)

b) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido

I - O saldo e a movimentação do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido estão representados por:

	31/12/2013	Realização / Reversão	Constituição	30/09/2014
Ativo Fiscal Diferido				
Prejuízo Fiscal e Base Negativa de Contribuição Social	294	(19)	44	319
Créditos de Liquidação Duvidosa	3	-	2	5
Ajustes ao Valor de Mercado de TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos	2	(1)	-	1
Ágio na Aquisição do Investimento	142	-	-	142
Provisões para Passivos Contingentes	142	(4)	41	179
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio	119	(44)	2	77
Outros	27	(2)	3	28
Total do Ativo Fiscal Diferido	729	(70)	92	751
Passivo Fiscal Diferido				
Reserva de Reavaliação	(56)	2	-	(54)
Valor Presente de Financiamento	(7)	-	-	(7)
Resultado do Swap	(17)	-	(8)	(25)
Depreciação	(83)	-	(16)	(99)
Atualização de Dep. Judic. Obrig. Legais e Passivos Contingentes	(5)	-	-	(5)
Planos de Pensão	(4)	-	-	(4)
Venda de Imóvel	(6)	2	-	(4)
Outras Obrigações	(41)	2	(7)	(46)
Ajustes CPCs / IFRS	(300)	-	(64)	(364)
Total do Passivo Fiscal Diferido	(519)	6	(95)	(608)
Ativo Fiscal Diferido Líquido	210	(64)	(3)	143

	31/12/2014	Realização / Reversão	Constituição	30/09/2015
Ativo Fiscal Diferido				
Prejuízo Fiscal e Base Negativa de Contribuição Social	369	(103)	228	494
Créditos de Liquidação Duvidosa	6	-	-	6
Ajustes ao Valor de Mercado de TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos	3	-	-	3
Ágio na Aquisição do Investimento	142	(142)	-	-
Provisões para Passivos Contingentes	189	(5)	56	240
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio	-	-	140	140
Outros	35	(3)	56	88
Total do Ativo Fiscal Diferido	744	(253)	480	971
Passivo Fiscal Diferido				
Reserva de Reavaliação	(54)	2	-	(52)
Valor Presente de Financiamento	(5)	-	-	(5)
Resultado do Swap	(44)	-	(96)	(140)
Depreciação	(105)	-	(19)	(124)
Planos de Pensão	(4)	-	(1)	(5)
Venda de Imóvel	(4)	2	-	(2)
Outras Obrigações	(31)	-	(40)	(71)
Ajustes CPCs / IFRS	(376)	7	-	(369)
Total do Passivo Fiscal Diferido	(623)	11	(156)	(768)
Ativo Fiscal Diferido Líquido	121	(242)	324	203

II - A estimativa de realização e o valor presente do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos existentes em 30/09/2015, de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, são:

	30/09/2015	31/12/2014
Ativo Fiscal Diferido:	971	744
Ativo Fiscal Diferido a ser recuperado até 12 meses	203	109
Ativo Fiscal Diferido a ser recuperado após 12 meses	768	635
Passivo Fiscal Diferido	(768)	(623)
Passivo Fiscal Diferido a ser recuperado após 12 meses	(768)	(623)
Ativo Fiscal Diferido Líquido	203	121

NOTA 13 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Empresa	Modalidade ⁽¹⁾	Encargos	Garantias	30/09/2015		31/12/2014	
				Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Duratex	BNDES	TJLP + 2,2 % a.a.	Aval - Itaúsa- Investimento Itaú S.A.	66	21	76	69
	BNDES	TJLP + 2,7 % a.a.	Fiança - Cia Ligna de Investimentos	3	1	24	-
	BNDES	TJLP + 2,8 % a.a.	Aval - 70% Invest. Itaú S.A e 30% Pessoa Física	64	161	66	209
	BNDES	4,6 % a.a.	Aval - 70% Invest. Itaú S.A e 30% Pessoa Física	5	8	5	11
	BNDES	Selic + 2,16 % a.a.	Aval - 70% Invest. Itaú S.A e 30% Pessoa Física	1	2	1	3
	FINAME	TJLP + 2,3 % a.a./ Pré 6 % a.a.	Alienação Fiduciária e Nota Promissória	7	46	5	46
	FINAME	6,0 % a.a.	Alienação Fiduciária e Fiança	-	7	-	4
	BNDES PROGEREN	TJLP + 2,85 % a.a.	Nota Promissória	7	-	27	-
	BNDES PROGEREN	9,0 % a.a.	Duplicatas	-	-	1	-
	CREDITO INDUSTRIAL	103 % CDI	Aval - Duratex Coml. Exportadora S.A.	173	-	205	-
	CREDITO INDUSTRIAL COM SWAP	12,7 % a.a.	Aval - Duratex Coml. Exportadora S.A.	-	-	58	-
	FUNDIEST	30 % IGP-M a.m.	Fiança - Cia Ligna de Investimentos	19	101	20	111
	FUNDOPEM	IPCA + 3 % a.a.	Aval - 70% Invest. Itaú S.A e 30% Pessoa Física	1	38	1	29
	PROINVEST / PRO FLORESTA	IGP-M + 4 % a.a./IPCA + 6 % a.a.	Fiança - Cia Ligna de Inv. e Hipoteca de bens	7	1	12	4
	CREDITO EXPORTAÇÃO COM SWAP	8,0 % a.a.	-	1	58	1	58
	CREDITO EXPORTAÇÃO	104,8 % CDI	-	2	534	7	407
	Total moeda nacional			356	978	509	951
	BNDES	Cesta de moedas + 2,2 % a.a.	Aval - Itaúsa- Investimento Itaú S.A.	15	5	12	10
	BNDES	Cesta de moedas + 2,4 % a.a.	Fiança - Cia Ligna de Investimentos	1	-	4	-
	BNDES	US\$ + Libor + 1,6 % a.a.	Aval - Itaúsa- Investimento Itaú S.A.	2	2	2	2
	BNDES	US\$ + Libor + 2,1 % a.a.	Aval - 70% Invest. Itaú S.A e 30% Pessoa Física	1	1	-	1
	RESOLUÇÃO 4131 COM SWAP	US\$ + Libor + 1,5 % a.a.	Nota Promissória	110	180	104	109
	RESOLUÇÃO 4131 COM SWAP	US\$ + 1,5 % a.a.	Nota Promissória	-	133	119	-
	RESOLUÇÃO 4131 COM SWAP	US\$ + 3,66 % a.a.	Nota Promissória	1	180	-	-
	RESOLUÇÃO 4131 COM SWAP	US\$ + 2,1 % a.a.	Nota Promissória	-	127	-	108
	RESOLUÇÃO 4131 COM SWAP	US\$ + Libor + 2,27 % a.a.	Nota Promissória	1	151	1	127
	RESOLUÇÃO 4131 COM SWAP	US\$ + 2,5 % a.a.	Nota Promissória	1	123	1	126
	Total moeda estrangeira			132	902	243	483
Total Duratex				488	1.880	752	1.434
Duratex Controladas	BNDES	3,5 a 5,5 % a.a.	Aval - 70% Invest. Itaú S.A e 30% Pessoa Física	1	27	1	1
	BNDES	TJLP + 2,8 % a.a.	Aval - 70% Invest. Itaú S.A e 30% Pessoa Física	3	53	2	76
	FINAME	Pré 5,6 % a.a.	Alienação Fiduciária e Nota Promissória	1	3	-	4
	NOTA CREDITO EXPORTAÇÃO	104,9% CDI	Aval - Duratex S.A.	2	141	139	-
	NOTA DE CREDITO RURAL COM SWAP	10,6 % a.a.	Aval - Duratex S.A.	-	-	113	-
	NOTA DE CREDITO RURAL COM SWAP	11,5 % a.a.	Aval - Duratex S.A.	-	123	-	111
	RESOLUÇÃO 4131	CDI + 6,37 % a.a.	Aval - Pessoa Física	2	-	-	-
	Total moeda nacional			9	347	255	192
	BANCO SANTADER-HERMES COM SWAP	4,59 % a.a.	Apólice de Seguro emitida por 95%	3	6	2	7
	CII	Libor + 3,95 % a.a.	Penhor e hipoteca de equipamentos	2	5	-	5
	DEG/CII	5,4 % a.a.	Penhor e hipoteca de equipamentos	11	20	-	39
	LEASING	DTF + 2,0 %	Nota Promissória	-	1	-	1
	Total moeda estrangeira			16	32	2	52
Total Duratex Controladas				25	379	257	244
Elekeiroz	BNDES	TJLP + 1,72 a 4,32 % a.a.	Aval - Itaúsa- Investimento Itaú S.A.	21	51	14	40
	BNDES	IPCA + 1,96 a 2,26 % a.a.	Aval - Itaúsa- Investimento Itaú S.A.	-	5	-	1
	BNDES	3,0 a 6,0 % a.a.	Aval - Itaúsa- Investimento Itaú S.A.	1	3	1	4
	FINEP	3,5% a.a.	Aval - Itaúsa- Investimento Itaú S.A.	2	9	2	11
	CESSÃO DE CRÉDITO	17,18 % a.a.	-	32	-	33	-
	NCE	CDI + 2,67 a 2,91 % a.a.	-	35	-	-	-
	VENDOR	-	-	2	-	1	-
	PRÉ PAGTO. EXP. COM SWAP	CDI + 5,22 % a.a.	-	18	-	-	-
	Total moeda nacional			111	68	51	56
	BNDES	Variação cambial+2,03 a 2,16 % a.a.	Aval - Itaúsa- Investimento Itaú S.A.	8	15	4	10
	ACC - DESCONTO CAMBIAL	1,50 % a.a.	-	5	-	9	-
	Total moeda estrangeira			13	15	13	10
Total Elekeiroz				124	83	64	66
Itautec	BNDES	TJLP + 1,1 % a.a.	Fiança Bancária	2	-	2	1
	BNDES	TJLP + 3,1 % a.a.	Fiança Bancária	1	-	2	1
	BNDES	5,6 % a.a.	Fiança Bancária	1	-	1	-
	FINEP	4,0 % a.a.	Aval - Itaúsa- Investimento Itaú S.A.	15	22	15	33
	BB 4131	105,6 % CDI	-	11	-	-	10
	HSBC 4131	106,5% CDI	-	22	-	20	-
	Total moeda nacional			52	22	40	45
Total Itautec				52	22	40	45
Total Itaúsa Consolidado				689	2.364	1.113	1.789

(1) Determinados empréstimos e financiamentos (que podem ser identificados como Com Swap) foram designados ao valor justo por meio do resultado

Vencimento	30/09/2015	31/12/2014
2016	205	542
2017	448	468
2018	773	239
2019	423	179
2020	413	330
2021	79	14
2022	9	8
Demais	14	9
Total	2.364	1.789

NOTA 14 – DEBÊNTURES

Em 08/02/2012 foi aprovada na Duratex a primeira Emissão Privada de Debêntures, com garantia flutuante, conversíveis em ações ordinárias de emissão da Duratex, para subscrição privada, no valor total de R\$ 100, com remuneração de IPCA + 6% a.a. pagos anualmente em 15 de janeiro de cada ano, com vencimento para 15/01/2017, cujos recursos foram destinados para:

- a) Implantação, na unidade industrial de sua propriedade localizada em Itapetininga-SP, de uma nova linha de produção de painéis de fibra de madeira reconstituída de média densidade (MDF), uma nova linha de revestimento em baixa pressão e uma impregnadora de papel laminado a baixa pressão;
- b) Aquisição das máquinas e equipamentos nacionais necessários ao projeto descrito no item anterior.

	30/09/2015			31/12/2014		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Debêntures Duratex	5	126	131	7	116	123

NOTA 15 – PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

A ITAÚSA e suas controladas, na execução de suas atividades normais, encontram-se envolvidas em provisões para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis.

As respectivas provisões foram constituídas considerando a avaliação de probabilidade de perda pelos consultores jurídicos do grupo.

A Administração, com base na opinião de seus consultores jurídicos, acredita que as provisões para contingências constituídas são suficientes para cobrir as eventuais perdas com processos judiciais e administrativos.

a) Ativos Contingentes:

A ITAÚSA e suas controladas estão discutindo judicialmente o ressarcimento de tributos, contribuições e taxa de serviço administrativo incidente sobre internação e importação de mercadorias na Zona Franca de Manaus.

O quadro abaixo apresenta os principais processos que, de acordo com a avaliação dos assessores jurídicos, têm probabilidade de êxito considerada provável, sendo que os valores respectivos a esses processos não estão reconhecidos nas demonstrações contábeis.

	30/09/2015	31/12/2014
Crédito Prêmio de IPI de 1960 a 1985	132	122
Correção Monetária dos Créditos com a Eletrobrás	13	12
Restituição do ILL Pago na Distribuição de Dividendos de 1989 a 1992	13	12
INSS - SAT, Alteração da Alíquota Rural, Vale Transporte e Seguro Saúde	32	19
PIS e COFINS	4	4
Cobrança/Execução de Títulos Extrajudicial	12	11
Compensação de PIS Decretos-Lei 2445 e 2449 de 1988	4	17
Outros	16	16
Total	226	213

b) Provisões:

- **Tributárias:** As contingências equivalem ao valor principal dos tributos envolvidos em discussões administrativas ou judiciais, objeto de autolançamento ou lançamento de ofício, acrescido de juros e, quando aplicável, multa e encargos. Tal valor é objeto de provisão contábil independentemente da probabilidade de perda, quando se trata de obrigação legal, ou seja, o êxito na ação depende de ser reconhecida a inconstitucionalidade de lei vigente. Nos demais casos, a provisão é constituída sempre que a perda for considerada provável.

- **Trabalhistas:** têm relação com processos em que se discutem pretensos direitos trabalhistas, relativos à horas extras, doença ocupacional, equiparação salarial e em relação a responsabilidade subsidiária.

- **Cíveis:** os processos cíveis referem-se principalmente a ações por danos morais e materiais.

Provisões para Contingências	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31/12/2014	484	76	32	592
Atualização Monetária	41	12	2	55
Constituição	111	24	1	136
Reversão	(7)	(16)	(10)	(33)
Pagamentos	(5)	(20)	(1)	(26)
Aquisição DuchaCorona	-	6	-	6
Saldo Final	624	82	24	730
(-) Depósitos Judiciais	(26)	(14)	-	(40)
Saldo em 30/09/2015 após a compensação dos Depósitos Judiciais	598	68	24	690

A principal discussão relativa às provisões tributárias está descrita a seguir:

- PIS e COFINS – Base de Cálculo – R\$ 528: Discute-se o direito de calcular e recolher as contribuições ao PIS e COFINS sem a inclusão na base de cálculo dos valores recebidos a título de Juros sobre o Capital Próprio.

c) Contingências não Provisionadas

A ITAÚSA e suas controladas possuem processos de natureza tributária, trabalhista e cível que apresentam, na opinião de seus assessores jurídicos, probabilidade de perda possível e não têm provisão constituída.

Em 30 de setembro de 2015, esses processos totalizavam R\$ 767 para causas tributárias, R\$ 25 para causas trabalhistas e R\$ 9 para causas cíveis.

As principais discussões de causas tributárias de probabilidade de perda possível são relacionadas pelos seguintes temas:

- IRRF, IRPJ, CSLL, PIS e COFINS - Indeferimento de pedido de compensação – R\$ 292: Casos em que são apreciadas a liquidez e a certeza do crédito compensado;
- Tributação de Reserva de Reavaliação – R\$ 242: Discussão relativa à tributação de Reserva de Reavaliação nas operações societárias de cisão realizadas no período de 2006 e 2009;
- PIS e COFINS – Glosa de Créditos – R\$ 45: Discussão sobre restrição do direito ao crédito de certos insumos relacionados a estas contribuições;
- Divergências de Obrigações Acessórias – R\$ 40: Discussão sobre eventuais divergências entre as informações contidas nas obrigações acessórias;
- Incidência e Créditos de ICMS – R\$ 34: Discussão sobre a incidência, reconhecimento e utilização de créditos de ICMS;
- IRPJ e CSLL – Lucros Disponibilizados no Exterior - R\$ 12: Discussão sobre a base de cálculo para incidência desses tributos sobre os lucros auferidos no exterior.

NOTA 16 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO ITAÚSA**a) Capital Social**

Em Reunião do Conselho de Administração, ocorrida em 27/04/2015 foi homologado o Aumento do Capital Social no montante de R\$ 300, mediante subscrição particular de 44.776.120 novas ações escriturais, sem valor nominal, sendo 17.210.555 ordinárias e 27.565.565 preferenciais, com integralização de R\$ 3 em dinheiro e R\$ 297 em créditos originários de dividendos ou Juros sobre Capital Próprio.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ocorrida em 30/04/2015, foram aprovadas as seguintes propostas do Conselho de Administração:

- Cancelamento de 10.547.800 ações escriturais de emissão própria existentes na tesouraria em 31/03/2015, sendo 8.227.800 ordinárias e 2.320.000 preferenciais, sem redução do valor do capital social, mediante absorção de R\$ 96 das Reservas Estatutárias.
- Aumento do capital social em R\$ 5.000, mediante capitalização de recursos consignados nas Reservas de Lucros, sendo R\$ 469 da Reserva Legal, R\$ 1.317 da Reserva para Reforço de Capital de Giro e R\$ 3.214 da Reserva para Aumento de Capital de Empresas Participadas;
- Emissão de 614.436.230 novas ações escriturais, sem valor nominal, sendo 236.140.646 ordinárias e 378.295.584 preferenciais, que foram atribuídas gratuitamente aos acionistas, a título de bonificação, na proporção de 1 (uma) ação nova para cada lote de 10 (dez) ações da mesma espécie que possuíam no final do dia 04/05/2015;
- Aumento do limite do capital autorizado na mesma proporção da bonificação em ações prevista no item anterior, elevando-o de 8.250.000.000 para 9.075.000.000 em ações escriturais, sem valor nominal, sendo até 3.025.000.000 em ações ordinárias e até 6.050.000.000 em preferenciais.

Após esses eventos, o Capital Social passou a ser de R\$ 32.325, representado por 6.758.798.536 ações escriturais, sem valor nominal, sendo 2.597.547.108 ordinárias e 4.161.251.428 preferenciais sem direito a voto, mas com as seguintes vantagens:

- Prioridade no recebimento de dividendo mínimo anual de R\$ 0,01 por ação, não cumulativo;
- Direito de, em eventual alienação de controle, ser incluídas em oferta pública de aquisição de ações, de modo a lhes assegurar o preço igual a 80% (oitenta por cento) do valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle, assegurando-se dividendo igual ao das ações ordinárias.

Abaixo segue a composição e a movimentação das classes das ações do capital integralizado e conciliação dos saldos no final do exercício de 2014 e em 30 de Setembro de 2015:

	Quantidade			Valor
	Ordinárias	Preferenciais	Total	
Em Circulação em 31/12/2013	2.106.226.703	3.364.440.558	5.470.667.261	22.000
Movimentações ações do capital integralizado de 01/01 a 31/12/2014	246.197.004	393.269.721	639.466.725	5.125
Aumento de Capital Mediante Capitalização de Reservas	-	-	-	4.600
Bonificação de 10% em Ações	213.856.700	341.610.025	555.466.725	-
Subscrição de Ações	32.340.304	51.659.696	84.000.000	525
Ações Representativas do Capital Social em 31/12/2014	2.352.423.707	3.757.710.279	6.110.133.986	27.025
Residentes no País	2.351.938.446	2.307.922.622	4.659.861.068	20.610
Residentes no Exterior	485.261	1.449.787.657	1.450.272.918	6.415
Ações em Tesouraria em 31/12/2014 (*)	(7.718.200)	(2.320.000)	(10.038.200)	-
Ações Adquiridas	(7.718.200)	(2.200.000)	(9.918.200)	-
Bonificação de 10% em Ações	-	(120.000)	(120.000)	-
Em Circulação em 31/12/2014	2.344.705.507	3.755.390.279	6.100.095.786	27.025
Movimentações ações do capital integralizado de 01/01 a 30/09/2015	245.123.401	403.541.149	648.664.550	5.300
Aumento de Capital Mediante Capitalização de Reservas	-	-	-	5.000
Cancelamento de Ações	(8.227.800)	(2.320.000)	(10.547.800)	-
Bonificação de 10% em Ações	236.140.646	378.295.584	614.436.230	-
Subscrição de Ações	17.210.555	27.565.565	44.776.120	300
Ações Representativas do Capital Social em 30/09/2015	2.597.547.108	4.161.251.428	6.758.798.536	32.325
Residentes no País	2.596.515.422	2.717.403.640	5.313.919.062	25.415
Residentes no Exterior	1.031.686	1.443.847.788	1.444.879.474	6.910
Ações em Tesouraria em 30/09/2015 (*)	(1.536.240)	(2.000.000)	(3.536.240)	-
Ações em Tesouraria em 31/12/2014	(7.718.200)	(2.320.000)	(10.038.200)	-
Ações Adquiridas	(2.016.200)	(2.000.000)	(4.016.200)	-
Bonificação de 10% em Ações	(29.640)	-	(29.640)	-
Cancelamento de Ações	8.227.800	2.320.000	10.547.800	-
Em Circulação em 30/09/2015	2.596.010.868	4.159.251.428	6.755.262.296	32.325

(*) Ações de própria emissão adquiridas com base em autorizações do Conselho de Administração para manutenção em Tesouraria, posterior cancelamento ou recolocação no mercado, ao custo médio unitário de R\$ 8,97 (R\$ 9,25 em 31/12/2014) para as ações ordinárias e R\$ 7,38 (R\$ 8,64 em 31/12/2014) para as ações preferenciais.

b) Dividendos

Os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, importância não inferior a 25% do lucro líquido, ajustado conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações. As ações de ambas as espécies participam dos lucros distribuídos em igualdade de condições, depois de assegurado às ordinárias, dividendo igual ao mínimo prioritário anual de R\$ 0,01 por ação a ser pago às ações preferenciais. O dividendo mínimo pode ser pago em quatro parcelas ou mais, no mínimo trimestralmente ou com intervalos menores.

A antecipação trimestral do dividendo mínimo obrigatório, utiliza a posição acionária do último dia do mês anterior como base de cálculo, sendo o pagamento efetuado no primeiro dia útil do mês seguinte no valor de R\$ 0,015 por ação.

I. Cálculo

Lucro Líquido	7.125	
(-) Reserva Legal	(356)	
Base de Cálculo do Dividendo	6.769	
Dividendo Mínimo Obrigatório	1.692	25,00%

II. Provisionamento de Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos

	Bruto	IRF	Líquido
Pagos	686	(88)	598
Dividendos	101	-	101
1 parcela trimestral de R\$ 0,015 por ação paga em 01/07/2015	101	-	101
Juros sobre o Capital Próprio	585	(88)	497
1 parcela de R\$ 0,0865 a ser paga em 25/08/2015	585	(88)	497
Provisionado	1.217	(123)	1.094
Dividendos	400	-	400
1 parcela trimestral de R\$ 0,015 por ação a ser paga em 01/10/2015	101	-	101
1 parcela trimestral de R\$ 0,015 por ação a ser paga em 04/01/2016	101	-	101
Complementar de R\$ 0,0292 por ação a ser declarado	198	-	198
Juros sobre o Capital Próprio	817	(123)	694
Complementar de R\$ 0,1209 por ação a ser declarado	817	(123)	694
Total em 30/09/2015 - R\$ 0,2505 líquido por ação	1.903	(211)	1.692
Total em 30/09/2014 - R\$ 0,1978 líquido por ação (*)	928	(112)	816

(*) Para melhor comparabilidade considerou-se as Bonificações

c) Reservas Integralizadas

- Reserva legal**

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, alterada pela Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09, até o limite de 20% do Capital Social.

- Reservas estatutárias**

São constituídas visando:

- a equalização de dividendos com a finalidade de garantir recursos para o pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas;
- reforçar o de Capital de Giro garantindo meios financeiros para a operação da companhia; e
- o aumento de Capital de Empresas Participadas de modo a garantir o direito preferencial de subscrição em aumentos de capital das empresas participadas.

	30/09/2015	31/12/2014
Reservas de Lucros	11.384	11.600
Legal	1.036	1.149
Estatutárias	10.348	10.451
Equalização de Dividendos	3.675	2.998
Reforço do Capital de Giro	4.078	3.104
Aumento de Capital de Empresas Participadas	2.595	4.349
Proposta de Distribuição de Dividendos Adicionais	-	559
Outras Reservas	639	618
Total das Reservas na Controladora	12.023	12.777

Detalhamento das Reservas	Reserva de Lucros		Outras Reservas	Total das Reservas
	Reserva Legal	Reservas Estatutárias		
Saldo em 31/12/2014	1.149	11.010	618	12.777
Constituição de Reservas	356	4.866	-	5.222
Cancelamento de Ações	-	(96)	-	(96)
Aumento de Capital com Reservas	(469)	(4.531)	-	(5.000)
Dividendo Excedente ao Mínimo Obrigatório do Exercício Anterior	-	(718)	-	(718)
Transações com Subsidiárias e Controladas em Conjunto	-	(183)	21	(162)
Saldo em 30/09/2015	1.036	10.348	639	12.023

d) Reservas a Integralizar

Refere-se ao saldo do lucro líquido remanescente após a distribuição de dividendos e da apropriação para a reserva legal. A integralização total desta reserva ocorre após a deliberação do conselho de administração, na Assembleia Geral Ordinária, no exercício seguinte ao das demonstrações contábeis.

NOTA 17 – PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES**Plano para Outorga de Opções de Ações de Controladas****a) Duratex S.A.**

Conforme previsão Estatutária, a Companhia possui plano para outorga de opções de ações que tem por objetivo integrar executivos no processo de desenvolvimento da Companhia a médio e longo prazo, facultando participarem das valorizações que seu trabalho e dedicação trouxeram para as ações representativas do capital da Duratex.

As opções conferirão aos seus titulares o direito de, observadas as condições estabelecidas no Plano, subscrever ações ordinárias do capital autorizado da Duratex.

As regras e procedimentos operacionais relativos ao Plano são propostos pelo Comitê de Pessoas, designado pelo Conselho de Administração da Companhia. Periodicamente, esse comitê submete à aprovação do Conselho de Administração propostas relativas à aplicação do Plano.

Só haverá outorga de opções com relação aos exercícios em que tenham sido apurados lucros suficientes para permitir a distribuição do dividendo obrigatório aos acionistas. A quantidade total de opções a serem outorgadas em cada exercício não ultrapassará o limite de 0,5% (meio por cento) da totalidade das ações da Duratex que os acionistas controladores e não controladores possuem na data do balanço de encerramento do mesmo exercício.

O preço de exercício, a ser pago à Duratex, é fixado pelo Comitê de Pessoas na outorga da opção. Para fixação do preço de exercício das opções o Comitê de Pessoas considera a média dos preços das ações ordinárias da Duratex nos pregões da BM&FBOVESPA, no período de, no mínimo, cinco e, no máximo, noventa pregões anteriores à data da emissão das opções, a critério desse comitê, facultado ainda, ajuste de até 30%, para mais ou para menos. Os preços estabelecidos são reajustados até o mês anterior ao do exercício da opção pelo IGP-M ou, na sua falta, pelo índice que o Comitê de Pessoas designar.

Premissas	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Total de opções de ações outorgadas	2.659.180	2.787.050	2.678.901	2.517.951	1.333.914	1.875.322	1.315.360	1.561.061	1.966.869
Preço de exercício na data da outorga	11,16	11,82	15,34	9,86	16,33	13,02	10,21	14,45	11,44
Valor justo na data da outorga	9,79	8,88	7,26	3,98	7,04	5,11	5,69	6,54	4,48
Prazo limite para exercício	10 anos	10 anos	10 anos	8 anos	8 anos	8,5 anos	8,8 anos	8,9 anos	8,10 anos
Prazo de carência	1,5 anos	1,5 anos	1,5 anos	3 anos	3 anos	3,5 anos	3,8 anos	3,9 anos	3,10 anos

Para determinação desse valor foram utilizadas as seguintes premissas econômicas:

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Volatilidade do preço da ação	34,80%	36,60%	36,60%	46,20%	38,50%	32,81%	37,91%	34,13%	28,41%
Dividend Yield	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%
Taxa de retorno livre de risco ⁽¹⁾	8,90%	7,60%	7,20%	6,20%	7,10%	5,59%	4,38%	3,58%	6,39%
Taxa efetiva de exercício	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%

⁽¹⁾ cupom IGP-M

A companhia efetua a liquidação desse plano de benefícios entregando ações de sua própria emissão que são mantidas em tesouraria até o efetivo exercício das opções por parte dos executivos.

Data da Outorga	Qtde. Outorgada	Data da Carência	Prazo para Vencimento	Preço Outorga	Saldo a Exercer		Preço Opção	Valor Total	Competência				Demais Períodos	
					Dez/14	Set/15			2007 a 2012	2013	2014	2015		
					(*)									
08/02/2006	2.659.180	30/06/2007	até 31/12/2016	11,16	59.113	59.113	9,79	1	1	-	-	-	-	-
31/01/2007	2.787.034	30/06/2008	até 31/12/2017	11,82	1.506.527	1.469.581	8,88	25	25	-	-	-	-	-
13/02/2008	2.678.887	30/06/2009	até 31/12/2018	15,34	1.580.420	1.543.474	7,26	19	19	-	-	-	-	-
30/06/2009	2.517.937	30/06/2012	até 31/12/2017	9,86	898.639	867.236	3,98	9	9	-	-	-	-	-
14/04/2010	1.333.914	31/12/2013	até 31/12/2018	16,33	1.483.850	1.471.579	7,04	9	7	2	-	-	-	-
29/06/2011	1.875.322	31/12/2014	até 31/12/2019	13,02	2.045.299	2.014.061	5,11	9	4	3	2	-	-	-
09/04/2012	1.290.994	31/12/2015	até 31/12/2020	10,21	1.411.122	1.010.991	5,69	6	1	2	2	1	-	-
17/04/2013	1.561.061	31/12/2016	até 31/12/2021	14,45	1.648.699	1.648.699	6,54	9	-	2	2	2	3	3
11/02/2014	1.966.869	31/12/2017	até 31/12/2022	11,44	2.163.532	2.154.616	4,48	9	-	-	2	2	1	5
Soma	18.671.198				12.797.201	12.239.350		96	66	9	8	4	8	8
Efetividade de exercício								96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	
Valor apurado								93	64⁽¹⁾	8⁽²⁾	8⁽³⁾	4⁽⁴⁾	8⁽⁵⁾	

(1) Valor contabilizado contra o resultado no período de 2007 a 2012.

(2) Valor contabilizado contra o resultado em 2013.

(3) Valor contabilizado contra o resultado em 2014.

(4) Valor contabilizado contra o resultado nos nove meses de 2015.

(5) Valor a ser contabilizado contra o resultado nos demais períodos

(*) Contempla bonificação de ações de 10% conforme AGO/E de 22/04/2014.

Em 30 de Setembro de 2015 a Duratex S.A. possuía 2.485.759 ações em tesouraria, que poderão ser utilizadas para fazer face a um eventual exercício de opção.

b) Itautec S.A.

A Companhia, até o ano de 2006, possuía Plano para Outorga de Opções de Ações conforme previsto no Estatuto Social com objetivo de integrar seus executivos no processo de desenvolvimento da Companhia a médio e longo prazo, facultando participarem das valorizações que seu trabalho e dedicação trariam para as ações representativas do capital da Companhia.

Esse plano era administrado por um Comitê e as opções outorgadas eram aprovadas pelo Conselho de Administração. Os participantes do plano eram selecionados a exclusivo critério do Comitê dentre os executivos da Companhia.

O preço de período fixado na outorga da opção tinha como base a cotação média dos preços das ações da Companhia nos pregões da BM&FBOVESPA, compreendendo o período de no mínimo 1 (um) e no máximo 12 (doze) meses anteriores à data de emissão das opções. A critério do Comitê, era facultado, ainda, um ajuste no preço médio de até 50% para mais ou para menos.

As premissas utilizadas no valor justo das opções, com base no modelo "Binomial", foram as seguintes:

Premissas

Data da Outorga	Plano 2006
Quantidade de ações outorgadas (i) (ii)	173.333
Preço da ação na data da outorga (em reais - R\$) - (ii)	45,60
Preço do exercício (em reais - R\$) - (ii)	36,45
Valor justo da opção (em reais - R\$) - (ii)	32,88
Prazo de carência	30/06/07
Prazo limite para exercício	31/12/16
Volatilidade	65%
Dividendos (<i>dividend yield</i>)	2,7%
Taxa de retorno livre de risco	13,7%

(i) Descontados os cancelamentos.

(ii) Considera grupamento, na proporção de 15 ações para cada um, realizado em Outubro de 2006.

A volatilidade compreende o período dos últimos 3 anos até a data da outorga de cada plano.

Nenhuma opção de compra de ações foi exercida até o momento e não houve movimentação na quantidade de ações dos planos descritos acima no período apresentado.

Em 30 de Setembro de 2015 o preço de mercado das ações era de R\$ 13,00 (R\$ 16,10 em 31 de dezembro de 2014) por ação.

c) Elekeiroz S.A.**Plano de outorga de opções**

Com o objetivo de integrar os administradores e funcionários no processo de desenvolvimento da Companhia a médio e longo prazo, a AGE realizada em 31 de julho de 2003 deliberou instituir um plano de outorga de opções de ações, facultando aos mesmos participarem das valorizações que seu trabalho e dedicação trouxeram para as ações representativas do capital da Companhia. Até o encerramento dessas demonstrações o referido plano ainda não havia produzido quaisquer efeitos a serem reconhecidos nas referidas demonstrações contábeis da Companhia.

NOTA 18 - VENDAS DE PRODUTOS E SERVIÇOS

	01/07 a 30/09/2015	01/01 a 30/09/2015	01/07 a 30/09/2014	01/01 a 30/09/2014
Receita Bruta de Vendas e Serviços	1.647	4.678	1.677	4.721
Mercado Interno	1.440	4.134	1.531	4.282
Mercado Externo	207	544	146	439
Impostos e Contribuições sobre Vendas	(340)	(981)	(349)	(991)
Receita Líquida de Vendas de Produtos e Serviços	1.307	3.697	1.328	3.730

NOTA 19 - CUSTO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS

	01/07 a 30/09/2015	01/01 a 30/09/2015	01/07 a 30/09/2014	01/01 a 30/09/2014
Matérias Primas e Materiais de Consumo	(831)	(2.208)	(726)	(2.131)
Remuneração, Encargos e Benefícios	(202)	(524)	(184)	(534)
Depreciação, Amortização Exaustão	(146)	(446)	(156)	(438)
Varição nos Estoques de Produtos Acabados e em Elaboração	135	385	63	292
Varição Valor Justo Ativo Biológico	26	103	64	188
Outros Custos	35	(109)	(53)	(143)
Total	(983)	(2.799)	(992)	(2.766)

NOTA 20 - DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	01/07 a 30/09/2015	01/01 a 30/09/2015	01/07 a 30/09/2014	01/01 a 30/09/2014
Despesas de Pessoal	(46)	(125)	(37)	(126)
Remuneração	(31)	(85)	(24)	(80)
Encargos	(7)	(21)	(7)	(22)
Benefícios Sociais	(4)	(10)	(1)	(10)
Treinamento	-	(1)	(1)	(3)
Participações de Empregados nos Lucros	(4)	(8)	(4)	(11)
Despesas Administrativas	(29)	(76)	(16)	(60)
Processamento de Dados e Telecomunicações	(1)	(3)	(2)	(5)
Serviços de Terceiros	(16)	(40)	(6)	(26)
Propaganda, Promoções e Publicidade	-	(1)	-	(1)
Despesas de Viagem	(1)	(3)	-	(2)
Aluguel e Instalações	(2)	(6)	(1)	(5)
Convenio de rateio de custos comuns	(1)	(4)	(1)	(4)
Outros	(8)	(19)	(6)	(17)
Depreciação	(4)	(11)	(1)	(5)
Total	(79)	(212)	(54)	(191)

NOTA 21 - OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS

	01/07 a 30/09/2015	01/01 a 30/09/2015	01/07 a 30/09/2014	01/01 a 30/09/2014
Reversão de Provisões para Contingências	5	8	-	1
Resultado de Plano Benefício	(3)	(4)	3	4
Amortização de Carteira de Clientes	(12)	(25)	(6)	(21)
Opções Outorgadas e Reconhecidas	2	(6)	(4)	(18)
Resultado na Venda de Investimento / Imobilizado (*)	28	42	(4)	167
Ganho líquido com precatórios	-	-	-	20
Créditos de Pis e Cofins sobre aquisição de matérias-primas	7	19	8	26
Outros	4	8	18	19
Total	31	42	15	198

(*) Inclui o reconhecimento, no 1º tri/2014, do saldo acumulado do resultado não realizado decorrente de operações de venda realizadas pela Itautec para empresas do Conglomerado Itaúsa, no montante de R\$ 100, tendo em vista que o controle dos negócios de automação bancária, automação comercial e de prestação de serviços, passou para OKI Electric.

NOTA 22 - LUCRO POR AÇÃO

O lucro por ação básico e diluído foi calculado conforme tabela a seguir, para os exercícios indicados.

O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível ao acionista da ITAÚSA pelo número médio de ações durante os períodos, excluindo-se o número de ações compradas pela empresa e mantidas como ações em tesouraria.

O lucro por ação diluído, por sua vez, é calculado de forma similar, mas com o ajuste realizado ao assumir a conversão de todas as ações potencialmente diluíveis no denominador.

Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores	01/07 a 30/09/2015	01/01 a 30/09/2015	01/07 a 30/09/2014	01/01 a 30/09/2014
Lucro Líquido	3.329	7.125	2.155	5.593
Dividendo Mínimo Não Cumulativo sobre as Ações Preferenciais	(42)	(42)	(41)	(41)
Subtotal	3.287	7.083	2.114	5.552
Lucro Acumulado a Ser Distribuído aos Detentores de Ações Ordinárias em um Valor por Ação Igual ao Dividendo Mínimo Pagável aos Acionistas Preferenciais	(26)	(26)	(26)	(26)
Subtotal	3.261	7.057	2.088	5.526
Lucro Acumulado a Ser Distribuído aos Detentores de Ações Ordinárias e Preferenciais em Bases Proporcionais:				
Aos Detentores de Ações Ordinárias	1.253	2.712	803	2.127
Aos Detentores de Ações Preferenciais	2.008	4.345	1.285	3.399
Total do Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Ordinárias	1.279	2.738	829	2.153
Total do Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Preferenciais	2.050	4.387	1.326	3.440
Média Ponderada das Ações em Circulação				
Ações Ordinárias	2.596.086.268	2.590.645.559	2.583.149.111	2.572.697.791
Ações Preferenciais	4.160.584.761	4.150.921.832	4.130.929.307	4.110.985.452
Lucro por Ação - Básico e Diluído - R\$				
Ações Ordinárias	0,49	1,06	0,32	0,84
Ações Preferenciais	0,49	1,06	0,32	0,84

O impacto da diluição do lucro por ação é menor que R\$ 0,01.

NOTA 23 – COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS

a) Bank of America Corporation

Em maio de 2010, o Bank of America Corporation vendeu sua participação no capital social do Itaú Unibanco Holding. As ações preferenciais foram negociadas no mercado e as ações ordinárias foram adquiridas pela ITAÚSA, que elevou sua participação direta e indireta no capital social do Itaú Unibanco Holding de 35,46% para 36,57%.

A data de 30 de junho de 2010 foi determinada para a aplicação do método de aquisição previsto no CPC 15 / IFRS 3 – “Combinação de Negócios”. A aplicação do método de aquisição consiste em efetuar o reconhecimento e mensuração dos ativos identificáveis adquiridos, dos passivos assumidos e de quaisquer participações societárias de não-controladores na adquirida e efetuar o reconhecimento e mensuração do ágio por rentabilidade futura (*goodwill*) ou do ganho proveniente de uma compra vantajosa.

Na data de aquisição a ITAÚSA registrou um ágio de R\$ 809 que foi alocado, considerando:

- (i) os ativos identificáveis adquiridos, os passivos assumidos e a participação de não-controladores;
- (ii) a contraprestação pelo controle da adquirida; e
- (iii) ágio por rentabilidade futura (*goodwill*).

O quadro a seguir demonstra o saldo dos ativos e passivos identificáveis e o valor do ágio apurado, na proporção da aquisição de 1,22%:

	31/12/2014	Amortizações/ Realizações	30/09/2015
Intangíveis Amortizáveis			
Relacionamento com Cliente	62	(28)	34
Acesso exclusivo aos clientes de Varejo e Corretoras Imobiliárias	72	(13)	59
Outros	1	-	1
Total de Ativos Intangíveis amortizáveis (I)	135	(41)	94
Ativos Intangíveis não amortizáveis			
Marca Hipercard	2	-	2
Marca Itaú	65	-	65
Total Ativos Intangíveis não Amortizáveis (II)	67	-	67
Total alocado como Intangíveis (III = I + II)	202	(41)	161
Passivo fiscal Diferido (IV)	(81)	16	(65)
Total ágio alocado (V = III + IV)	121	(25)	96
Ágio - Goodwill	437	-	437

Ativos intangíveis identificáveis e amortizáveis estão sendo reconhecidos no resultado no prazo de 2 a 16 anos de acordo com a vida útil definida com base na expectativa de benefício econômico futuro gerado pelo ativo.

Os ativos intangíveis não amortizáveis e o ágio residual que também representam expectativas de benefícios econômicos futuros, não possuem vida útil definida, e terão sua recuperação testada no mínimo anualmente pela administração.

Esta aquisição de ações representou um incremento de participação à ITAUSA, sendo que a maior parte dos ativos e passivos identificados foi contabilizada na ITAUSA com base em critérios de similaridade das operações anteriormente registradas, antes do incremento de participação. Da mesma forma ocorreu para as receitas, despesas e o lucro líquido da ITAUSA.

NOTA 24 - BENEFÍCIOS PÓS EMPREGO

Nos termos do CPC 33 / IAS 19 – “Benefícios a Empregados”, apresentamos a seguir as políticas praticadas pela ITAÚSA e suas controladas quanto aos benefícios a empregados, bem como os procedimentos contábeis adotados.

As controladas da ITAÚSA no Brasil fazem parte do grupo de patrocinadoras da Fundação Itaúsa Industrial (Fundação), entidade sem fins lucrativos, que tem como finalidade administrar planos privados de concessão de benefícios de pecúlios ou de renda complementares ou assemelhados aos da Previdência Social. A Fundação administra o Plano de Contribuição Definida – PAI – CD (“Plano CD”) e o Plano de Benefícios Definido - BD (“Plano BD”).

Os colaboradores contratados pelas empresas da Área Industrial contam com a opção de participar voluntariamente do Plano de Contribuição Definida – PAI – CD, administrado pela Fundação Itaúsa Industrial.

(a) Plano de Contribuição Definida – Plano CD

Este plano é oferecido a todos os colaboradores das patrocinadoras, e contava em 30 de setembro de 2015 com 9.510 participantes (9.719 em 31 de dezembro de 2014).

No Plano CD – PAI (plano de aposentadoria individual) não há risco atuarial e o risco dos investimentos é dos participantes.

Fundo Programa Previdencial

As contribuições das patrocinadoras que permaneceram no plano em decorrência dos participantes terem optado pelo resgate ou pela aposentadoria antecipada, formaram o fundo programa previdencial, que de acordo com regulamento do plano, vem sendo utilizado para compensação das contribuições das patrocinadoras.

O montante registrado no balanço patrimonial na rubrica Outros Ativos Financeiros (Nota 6a) é de R\$ 127 (R\$ 131 em 31 de dezembro 2014). Foi reconhecido no resultado do período o montante de R\$ 4 (R\$ 4 em 30 de setembro de 2014).

(b) Plano de Benefício Definido – Plano BD

É um Plano que tem como finalidade básica a concessão de benefícios que, sob a forma de renda mensal vitalícia, se destina a complementar, nos termos de seu regulamento, os proventos pagos pela Previdência Social. Este plano encontra-se em extinção, assim considerado por vedar o acesso de novos participantes.

O plano abrange os seguintes benefícios: a complementação de aposentadoria, por tempo de contribuição, especial, por idade, invalidez, renda mensal vitalícia, prêmio por aposentadoria, pecúlio por morte.

Em 30 de setembro de 2015, o saldo registrado correspondente ao equacionamento do superávit e restabelecimento do equilíbrio técnico do Plano BD era de R\$ 15 (R\$ 33 em 31 de dezembro 2014) a ser realizado em 5 parcelas mensais, remuneradas pelo retorno dos investimentos do Plano de previdência BD.

Principais Premissas Utilizadas na Avaliação Atuarial dos Planos de Aposentadoria

	30/09/2015	30/09/2014
Taxa de Desconto	11,66% a.a.	12,73% a.a.
Tábua de Mortalidade ⁽¹⁾	AT-2000	AT-2000
Rotatividade	Nula	Nula
Crescimento Salarial Futuro	7,59 % a.a.	9,18 % a.a.
Crescimento Benef. Previd. Social / Planos	5,20 % a.a.	6,00 % a.a.
Inflação	5,20 % a.a.	6,00 % a.a.

(1) As tábuas de mortalidade adotadas correspondem àquelas divulgadas pela SOA – “Society of Actuaries”, entidade americana correspondente ao IBA – Instituto Brasileiro de Atuária, que refletem um aumento de 10% nas probabilidades de sobrevivência em relação às respectivas tábuas básicas; A expectativa de vida em anos pela tábua de mortalidade AT-2000 para os participantes assistidos com 55 anos é de 27 e de 31 para homens e mulheres, respectivamente.

NOTA 25 – INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

De acordo com as normas vigentes, um segmento operacional pode ser entendido como um componente de uma entidade:

- (a) Que opera em atividades das quais poderá obter receitas e incorrer em despesas (incluindo receitas e despesas relacionadas a operações com outros componentes da mesma entidade).
- (b) Cujos resultados operacionais sejam regularmente revisados pelo principal responsável da entidade pelas decisões operacionais relacionadas à alocação de recursos ao segmento e à avaliação de seu desempenho.
- (c) Para as quais informações financeiras individualizadas estejam disponíveis.

Os segmentos operacionais da ITAÚSA foram definidos de acordo com os relatórios apresentados ao Comitê Executivo para a tomada de decisão. Desta forma, os segmentos estão divididos em Área de Serviços Financeiros e Área Industrial.

A ITAÚSA é uma holding e suas controladas são: Duratex, Elekeiroz e Itautec, que atuam na área industrial, e o Itaú Unibanco Holding, que atua na área financeira e sobre a qual temos controle conjunto.

As controladas da Itaúsa têm autonomia para definir seus padrões diferenciados e específicos na gestão e segmentação dos seus respectivos negócios.

• Área Financeira

O Itaú Unibanco Holding é uma instituição bancária que oferece, diretamente ou por intermédio de suas subsidiárias, uma ampla gama de produtos de crédito e outros serviços financeiros a uma base diversificada de clientes pessoas físicas e jurídicas, no Brasil e no Exterior.

A ITAÚSA exerce controle compartilhado nos negócios do Itaú Unibanco Holding. As informações das controladas em conjunto foram contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial e não foram consolidadas.

As demonstrações contábeis consolidadas do Itaú Unibanco Holding de 30 de setembro de 2015 podem ser acessadas no site www.itaunibanco.com.br/ri.

• Área Industrial

No segmento industrial temos uma diversidade entre as empresas, por esse motivo segregamos a informação por empresa. Abaixo uma breve descrição dos produtos fabricados pelas empresas:

I) Duratex: fabrica metais sanitários, louças sanitárias e seus respectivos acessórios, negociados sob as marcas Deca e Hydra (para válvulas de descarga), que se destacam pela ampla linha de produtos, pelo design arrojado e pela qualidade superior; e fabrica painéis de madeira feitos a partir de pinus e eucalipto, amplamente utilizados na fabricação de móveis, com destaque para a chapa de fibra, o painel de aglomerado e os painéis de média, alta e super densidade, mais conhecidos como MDF, HDF e SDF, a partir dos quais, são fabricados pisos laminados (Durafloor) e revestimentos para teto e parede.

II) Elekeiroz: atua no mercado químico e tem por objetivo a industrialização e comercialização de produtos químicos e petroquímicos em geral, inclusive de tais produtos de terceiros, importação e exportação. A Companhia conta com uma capacidade de produção de produtos químicos de mais de 700 mil toneladas anuais nas suas unidades industriais, que são destinados fundamentalmente para o setor industrial, especialmente construção civil, vestuário, automotivo e alimentício.

III) Itautec: tem como principal atividade a participação em sociedades no Brasil e no exterior, em especial naquelas que atuam na fabricação e comercialização de equipamentos de automações bancária e comercial e na prestação de serviços.

	Janeiro a Setembro	ÁREA DE SERVIÇOS FINANCEIROS	ÁREA INDUSTRIAL			CONSOLIDADO ITAÚSA ⁽¹⁾
		Itaú Unibanco Holding	Duratex	Elekeiroz	Itautec	
Ativos Totais	2015	1.241.933	9.232	786	216	53.663
	2014	1.077.711	8.700	687	340	46.115
Receitas Operacionais ⁽²⁾	2015	133.325	3.008	665	25	10.998
	2014	113.096	2.944	696	90	9.317
Lucro Líquido	2015	20.720	137	-	(24)	7.215
	2014	15.210	303	(12)	(19)	5.786
Lucro Líquido Recorrente	2015	17.752	146	(19)	(24)	6.594
	2014	15.324	273	(12)	(27)	5.642
Patrimônio Líquido (PL)	2015	109.743	4.759	466	85	46.860
	2014	93.457	4.602	486	128	40.283
Rentabilidade Anualizada sobre o Patrimônio Líquido Médio (%) ⁽³⁾	2015	26,9%	3,9%	0,1%	-34,1%	21,8%
	2014	23,4%	9,0%	-3,2%	-18,0%	20,4%
Rentabilidade Recorrente Anualizada sobre o Patrimônio Líquido Médio (%) ⁽³⁾	2015	23,1%	4,1%	-5,6%	-34,1%	19,9%
	2014	23,6%	8,1%	-3,2%	-25,6%	19,9%
Geração Interna de Recursos ⁽⁴⁾	2015	35.127	720	25	(26)	504
	2014	44.118	791	13	(48)	593

(1) O Consolidado Itaúsa inclui a consolidação de 100% das empresas controladas e apresenta valores líquidos das eliminações de consolidação e dos resultados não-realizados de operações intercompanhias. Os valores do Itaú Unibanco Holding S.A não foram consolidados e estão sendo avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

(2) As Receitas Operacionais foram obtidas conforme segue:

- Itaú Unibanco Holding: Receita de Juros e Rendimentos, Receita de Dividendos, Ganho (Perda) Líquido com Investimentos em Títulos e Derivativos, Receita de Prestação de Serviços, Resultado de Operações de Seguros, Previdência e Capitalização antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização e Outras Receitas.
- Duratex, Elekeiroz e Itautec: Vendas de Produtos e Serviços.
- Consolidado Itaúsa: Vendas de Produtos e Serviços e Resultado de Participação em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto.

(3) Representa a relação entre o lucro líquido do período e o patrimônio líquido médio ((dez'14 + mar + jun + set) / 4).

(4) Refere-se aos recursos provenientes das operações obtidos pela Demonstração dos Fluxos de Caixa.

NOTA 26 – PARTES RELACIONADAS

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade.

As operações entre as empresas incluídas na consolidação foram eliminadas nas demonstrações consolidadas e consideram, ainda, a ausência de risco.

As operações com tais partes relacionadas caracterizam-se basicamente por:

a) Partes Relacionadas

	Ativo/(Passivo)		Receitas/(Despesas)	
	30/09/2015	31/12/2014	01/01 a 30/09/2015	01/01 a 30/09/2014
Aplicações Financeiras	149	218	16	15
Itaú Unibanco S.A.	149	218	16	15
Clientes	47	54	163	140
Partes Relacionadas de Controladas ^(*)	47	54	163	140
Receitas (Despesas) de Prestação de Serviços	-	-	2	-
Itaú Unibanco S.A.	-	-	1	1
Itaú Seguros	-	-	1	(1)
Total	196	272	181	155

(*) Referem-se basicamente à operações de venda de mercadorias da Duratex S.A. para Leo Madeiras Maqs. E Fer. S.A. e Leroy Merlin Cia. Bras. de Bricolagem.

Além das operações acima discriminadas, a ITAÚSA e partes relacionadas em associadas e entidades controladas em conjunto, como parte integrante do Convênio de Rateio de Custos Comuns, registraram em Despesas Gerais e Administrativas R\$ 4 (R\$ 4 de 01/01 a 30/09/2014) em função da utilização da estrutura comum.

Em 30 de setembro de 2015 não houve a necessidade de constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa envolvendo operações com partes relacionadas.

b) Garantias Prestadas

Além dessas transações, existem garantias prestadas pela ITAÚSA, representadas por operações de avais, fianças e outras, conforme abaixo:

	30/09/2015	31/12/2014
Duratex S.A.	367	454
Elekeiroz S.A.	115	87
Itautec S.A.	37	48
Total	519	589

c) Remuneração do Pessoal-Chave da Administração

A remuneração dos executivos da administração da Itaúsa e de suas controladas foi:

	01/01 a 30/09/2015	01/01 a 30/09/2014
Remuneração	23	26
Participações no Lucro	12	11
Opções de Ações	3	6
Total	38	43

NOTA 27 – GERENCIAMENTO DE RISCOS FINANCEIROS

I) Fatores de Riscos Financeiros

Para entender os riscos inerentes à atividade da ITAÚSA, é preciso primeiro saber que o propósito da entidade é a gestão de participações societárias. Assim sendo, fica evidente que os riscos aos quais a ITAÚSA está sujeita são os riscos geridos pelas suas controladas e coligadas.

Quanto ao risco de liquidez, a previsão de fluxo de caixa da ITAÚSA é realizada pela Administração que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, principalmente o pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio e liquidação de outras obrigações assumidas.

O excesso de caixa da ITAÚSA é investido em títulos públicos e em cotas de fundos de investimentos.

Na data do relatório, a ITAÚSA mantinha Caixa e Equivalentes de Caixa no valor de R\$ 808 (R\$ 643 em 31/12/2014), que se espera gerar prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez.

Com o propósito de manter os investimentos em níveis aceitáveis de risco, novos investimentos ou aumentos de participação são discutidos em reunião conjunta da Diretoria Executiva e o Conselho de Administração da ITAÚSA.

Abaixo apresentamos os principais riscos das controladas ITAÚSA:

a) Risco de Mercado

(i) Risco Cambial

Variações nas taxas de câmbio podem resultar na redução dos valores dos ativos ou aumento dos passivos. O risco cambial decorre de operações comerciais futuras, ativos e passivos reconhecidos e investimentos líquidos em operações no exterior.

Em função de seus procedimentos de gerenciamento de riscos, que objetivam minimizar a exposição cambial, são mantidos mecanismos de “*hedge*” que visam proteger a maior parte de sua exposição cambial.

(ii) Operações com derivativos

Nas operações com derivativos não existem verificações, liquidações mensais ou chamadas de margem, sendo o contrato liquidado em seu vencimento, estando contabilizado a valor justo, considerando as condições de mercado, quanto a prazo e taxas de juros.

Abaixo os tipos de contratos existentes nas controladas:

- Contrato de SWAP US\$ x CDI: esse tipo operação tem o objetivo de transformar dívidas denominadas em Dólares em dívidas indexadas ao CDI;
- Contrato de SWAP Pré x CDI: esse tipo operação tem o objetivo de transformar dívidas com taxas pré fixadas de juros em dívidas indexadas ao CDI;
- O valor justo dos instrumentos financeiros foi calculado utilizando-se a precificação feita por meio do valor presente estimado, tanto para a ponta passiva quanto para a ponta ativa, onde a diferença entre as duas gera o valor de mercado do SWAP.

A tabela a seguir apresenta o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos:

	Valor de Referência	Valor Justo	Efeito Acumulado	
	30/09/2015	30/09/2015	Valor a Receber	Valor a Pagar
Contratos de Swaps	20	351	364	(11)
Posição Ativa	1.200	1.540	364	(11)
Moeda Estrangeira (USD e EUR)	1.009	1.370	364	-
Taxa Pré-Fixada	191	170	-	(11)
Posição Passiva	(1.180)	(1.189)	-	-
CDI	(1.180)	(1.189)	-	-

	Valor de Referência	Valor Justo	Efeito Acumulado	
	31/12/2014	31/12/2014	Valor a Receber	Valor a Pagar
Contratos de Swaps	-	116	116	-
Posição Ativa	988	1.152	116	-
Moeda Estrangeira (USD e EUR)	681	809	114	-
Taxa Pré-Fixada	307	343	2	-
Posição Passiva	(988)	(1.036)	-	-
CDI	(988)	(1.036)	-	-

As perdas ou ganhos nas operações listadas no quadro foram compensados nas posições em juros e moeda estrangeira, ativas e passivas, cujos efeitos já estão expressos nas demonstrações.

Análise de Sensibilidade

Abaixo segue demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, incluindo derivativos, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para ITAÚSA e suas controladas, com um Cenário Provável (Cenário Base) e mais dois cenários, nos termos determinados pela CVM nº 475/08 representando 25% e 50% de deteriorização da variável de risco considerada.

Para as taxas das variáveis de risco utilizadas no Cenário Provável, foram utilizadas as cotações da BM&FBOVESPA / Bloomberg para as respectivas datas de vencimento.

Risco	Instrumento/Operação	Descrição	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Taxa de Juros	Swap - PRÉ / CDI	Aumento CDI	(15)	(26)	(36)
	Objeto de Hedge: empréstimo em taxas pré-fixadas		15	26	36
	Swap - US\$ / CDI (Res. 2770 Res. 4131)	Queda US\$	18	(460)	(939)
	Objeto de Hedge: dívida em moeda estrangeira (US\$)	(Aumento US\$)	(18)	460	939
	Exportações a receber	(Queda US\$)	-	(9)	(19)
Cambial		Aumento US\$	-	9	19
	BNDES - Crédito Rotativo	Queda US\$	(6)	7	14
		(Aumento US\$)	-	(7)	(14)
	ACC - Desconto Cambial	Queda US\$	-	1	3
		(Aumento US\$)	-	(1)	(3)
Fornecedores Exterior	Queda US\$	-	5	10	
	(Aumento US\$)	-	(5)	(10)	
Total			(6)	-	-

(iii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O caixa aplicado tem rendimento indexado à percentual da variação do CDI, com resgate garantido pelos bancos emissores de acordo com as taxas contratadas. Não há outros ativos significativos cujo resultado seja afetado diretamente pelas mudanças de taxas de juros do mercado.

Para o passivo, o risco de taxa de juros decorre de empréstimos de longo prazo. Tais empréstimos, em sua maioria, são indexados à Taxa de Juros de Longo Prazo ("TJLP"), taxa que visa estimular os investimentos de longo prazo para o setor produtivo e que, historicamente, é inferior às taxas de financiamentos praticadas pelo mercado.

O risco dessas taxas de juros contratadas é acompanhado desde o início do financiamento, sendo política acompanhar as oscilações e projeções do mercado de juros, analisando eventual necessidade ou oportunidade de contratar-se *hedge* para essas operações.

b) Risco de Crédito

A política de vendas está diretamente associada ao nível de risco de crédito que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamentos de vendas e limites individuais, são procedimentos adotados a fim de minimizar inadimplências ou perdas na realização das Contas a Receber.

No que diz respeito às aplicações financeiras e aos demais investimentos, temos como política trabalhar com instituições de primeira linha e não ter investimentos concentrados em um único grupo econômico.

c) Risco de Liquidez

É o risco da ITAÚSA e suas controladas não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria.

O quadro abaixo demonstra os vencimentos dos passivos financeiros e as obrigações com fornecedores na data das demonstrações contábeis:

30/09/2015	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 3 e 5 anos	Acima de 5 anos
Empréstimos e Financiamentos/Debêntures	694	793	1.683	14
Fornecedores e Outras Obrigações	275	4	2	31
Total	969	797	1.685	45

31/12/2014	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 3 e 5 anos	Acima de 5 anos
Empréstimos e Financiamentos/Debêntures	1.124	1.124	776	9
Fornecedores e Outras Obrigações	276	10	5	46
Total	1.400	1.134	781	55

II) Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos de caixa e equivalente de caixa, depósitos vinculados, contas a receber de clientes, contas a pagar aos fornecedores, pelo valor contábil menos a perda (*impairment*) e os empréstimos, financiamentos e debêntures, estejam próximo de seus valores justos. O valor justo dos demais ativos e passivos financeiros para fins de divulgação é estimado mediante desconto dos fluxos de caixa contratual futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para ITAÚSA e suas controladas para instrumentos financeiros similares.

As demonstrações contábeis estão em conformidade com o CPC 40 / IFRS 7 – “Instrumentos financeiros: evidenciação” para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação dessas mensurações pelo nível da seguinte hierarquia:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1, que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços);
- Nível 3: inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não-observáveis).

A seguir demonstramos os instrumentos financeiros consolidados por nível:

	Nível	30/09/2015	31/12/2014
Ativos ⁽¹⁾		4.321	4.336
Caixa e Equivalentes de Caixa	1	70	48
Caixa e Equivalentes de Caixa	2	2.048	1.849
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação - Letra Financeira Subordinada	2	59	61
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação - Letra Financeira do Tesouro	1	215	229
Contas a Receber de Clientes	2	1.172	1.069
Dividendos/JCP	2	574	607
Depósitos Judiciais em Garantia de Contingências	2	89	149
Outros Ativos Financeiros	2	94	324
Passivos		4.650	4.560
Empréstimos / Financiamentos / Debêntures	2	3.184	3.025
Fornecedores / Outras Obrigações	2	244	213
Dividendos/JCP	2	1.222	1.322

(1) O valor justo dos investimentos controlados em conjunto não consolidados estão divulgados na nota 8 I.

NOTA 28 – ATIVO MANTIDO PARA VENDA

Conforme reunião realizada em 25/02/2015, os membros do Conselho de Administração da Itautec deliberaram, por unanimidade, aprovar a intenção da Itautec em exercer a *put option* (opção de venda) dos 30% de participação que a Companhia possui na Oki Brasil.

Desta forma, a partir de fevereiro de 2015, o investimento da Itautec no capital social da Oki Brasil passou a ser classificado em duas rubricas em função do valor justo ser superior ao valor contábil:

- “Ativo Mantido para Venda” no montante de R\$ 38;
- “Outros Valores a Receber” no montante de R\$ 5, correspondente a diferença entre o valor contábil e o valor justo ajustado ao valor presente da *put option*.

Conforme contrato, os montantes acima serão realizados em janeiro de 2017 por ocasião do exercício da *put option*.

RELATÓRIO DE REVISÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e Administradores da
Itáusa – Investimentos Itaú S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos o balanço patrimonial individual da **Itáusa - Investimentos Itaú S.A. (Companhia)** em 30 de setembro de 2015, e as respectivas demonstrações individuais do resultado, do resultado abrangente e dos fluxos de caixa para o trimestre e período de nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido para o período de nove meses findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

Revisamos também o balanço patrimonial consolidado da **Itáusa - Investimentos Itaú S.A. e suas controladas (Consolidado)** em 30 de setembro de 2015 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente e dos fluxos de caixa para o trimestre e período de nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido para o período de nove meses findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração intermediária e das demonstrações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração intermediária e a norma internacional de contabilidade IAS 34 – “Interim Financial Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standards Board (IASB)”. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - "Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410 – “Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as demonstrações contábeis intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações contábeis intermediárias individuais anteriormente referidas não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 30 de setembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o trimestre e período de nove meses findos naquela data, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração intermediária.

Conclusão sobre as demonstrações contábeis intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações contábeis intermediárias consolidadas anteriormente referidas não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Itáusa – Investimentos Itaú S.A. e suas**

controladas em 30 de setembro de 2015, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o trimestre e período de nove meses findos naquela data, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração intermediária e a norma internacional de contabilidade IAS 34 – “Interim Financial Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standards Board (IASB)”.

Outros assuntos

Demonstrações intermediárias do valor adicionado

Revisamos também as demonstrações intermediárias, individuais e consolidadas, do valor adicionado (DVA), referentes ao trimestre e período de nove meses findos em 30 de setembro de 2015, preparadas pela Administração da Companhia, apresentadas como informação suplementar. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao período e exercício anteriores

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e período de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2014, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados e revisados por outros auditores independentes que emitiram relatório, datado de 09 de fevereiro de 2015 e 03 de novembro de 2014, respectivamente, que não conteve nenhuma modificação.

São Paulo, 09 de novembro de 2015.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1

Jairo da Rocha Soares
Contador CRC 1 SP 120458/O-6

Relatório de revisão sobre as demonstrações contábeis intermediárias

Aos Administradores e Acionistas
Itaúsa – Investimentos Itaú S.A.

Introdução

Revisamos o balanço patrimonial da Itaúsa - Investimentos Itaú S.A. (a "Companhia") em 30 de setembro de 2015, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente e dos fluxos de caixa para o trimestre e o período de nove meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido para o período de nove meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Revisamos também o balanço patrimonial consolidado da Itaúsa - Investimentos Itaú S.A. e suas controladas ("Consolidado") em 30 de setembro de 2015 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente e dos fluxos de caixa para o trimestre e o período de nove meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido para o período de nove meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - "Demonstração Intermediária" e das demonstrações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - "Demonstração Intermediária" e a norma internacional de contabilidade IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - "Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as demonstrações contábeis intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer fato que nos leve a acreditar que as demonstrações contábeis intermediárias individuais acima referidas não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 30 de setembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para os períodos de três e nove meses findos nessa data, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - "Demonstração Intermediária".

Conclusão sobre as demonstrações contábeis intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer fato que nos leve a acreditar que as demonstrações contábeis intermediárias consolidadas anteriormente referidas não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Itaúsa – Investimentos Itaú S.A. e suas controladas em 30 de setembro de 2015, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para os períodos de três e nove meses findos nessa data, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - "Demonstração Intermediária" e a norma internacional de contabilidade IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Outros assuntos

Revisamos também as demonstrações intermediárias do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas referentes aos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2015, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, apresentadas como informação suplementar. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer fato que nos leve a acreditar que não estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

As demonstrações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Itaúsa – Investimentos Itaú S.A. mencionadas nos parágrafos 1 e 2 acima, foram revisadas também por outros auditores independentes, na qualidade de auditores em atendimento aos requerimentos estatutários, inclusive no que se refere às normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Esses auditores emitiram relatório de revisão limitada com data de 09 de novembro de 2015, sem ressalvas.

São Paulo, 09 de novembro de 2015

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Washington Luiz Pereira Cavalcanti
Contador CRC 1SP172940/O-6

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.

CNPJ 61.532.644/0001-15

Companhia Aberta

NIRE 35300022220

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da **ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.** (Itaúsa) procederam ao exame das demonstrações contábeis do trimestre findo em 30.09.2015, que foram revisadas pela BDO RCS Auditores Independentes S/S (BDO) na qualidade de auditores independentes, em atendimento aos requerimentos estatutários, inclusive no que se refere às normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários. Em atendimento às práticas de Governança Corporativa, essas demonstrações contábeis foram também revisadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (PwC), na qualidade de auditor independente do Conglomerado, inclusive da empresa controladora da Itaúsa. Ambos os auditores independentes emitiram relatórios sem ressalvas.

Os Conselheiros Fiscais verificaram a exatidão de todos os elementos apreciados e, à vista das manifestações da BDO e PwC acima mencionadas, entendem que esses documentos refletem adequadamente a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades desenvolvidas pela Itaúsa no período. São Paulo (SP), 9 de novembro de 2015. (aa) Tereza Cristina Grossi Togni – Presidente; Alexandre Barenco Ribeiro, Flavio Cesar Maia Luz, José Carlos de Brito e Cunha e Paulo Ricardo Moraes Amaral – Conselheiros.

ALFREDO EGYDIO SETUBAL
Diretor de Relações com Investidores